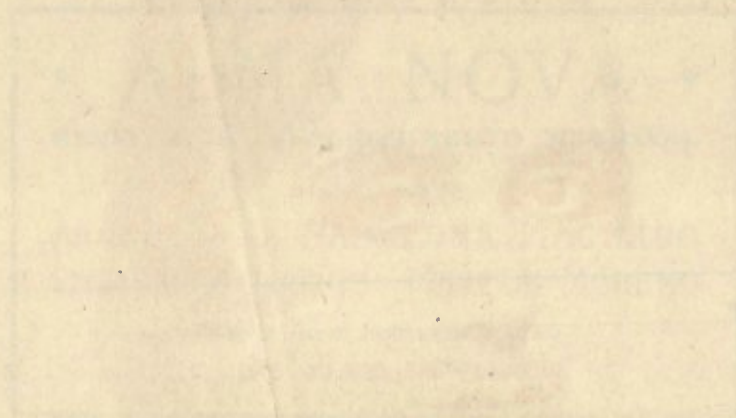




ALMA NOVA

NÚMEROS
:: 13-15 ::
(III SÉRIE)



ALMA NOVA

ALMA NOVA
NEW YORK
1914

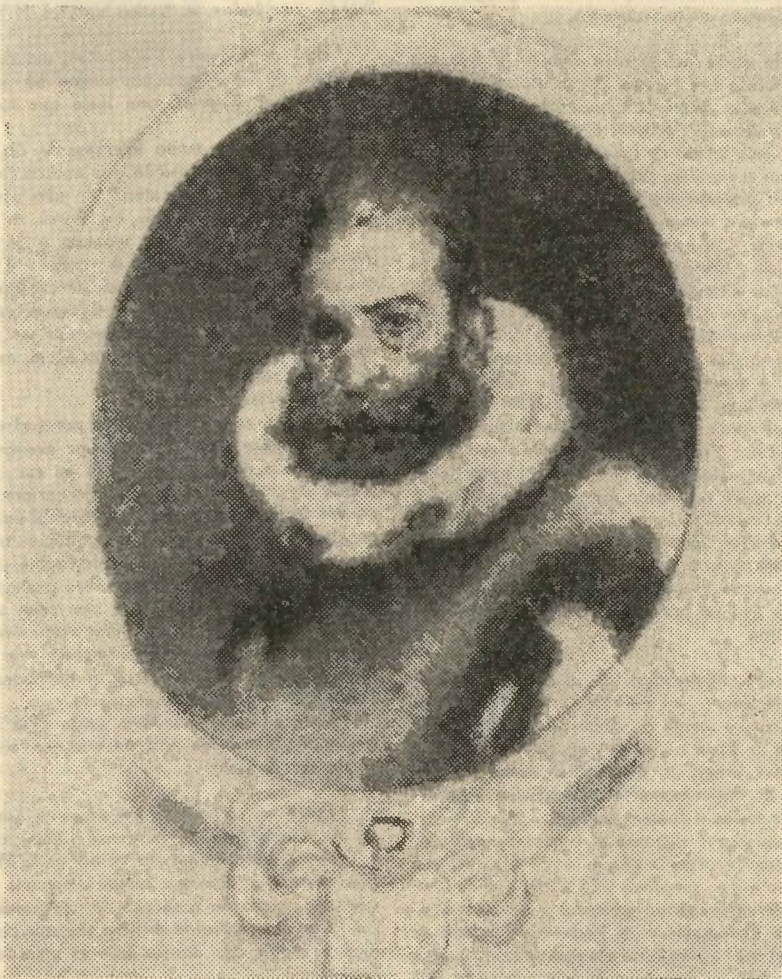
ALMA NOVA

REVISTA DE RESSURGIMENTO NACIONAL

III SÉRIE — VOL. II

LISBOA — JAN.-MARÇO DE 1924

NÚMEROS 13-15



CAMÕES

(QUADRO DE COLUMBANO BORDALO PINHEIRO)



NOTAS & COMENTÁRIOS



Ao abrimos o segundo volume da corrente série desta revista, não podemos deixar de agradecer a todos os nossos assinantes, amigos e colaboradores o invulgar auxílio e incitamento moral com que nos têm acompanhado, e a toda a imprensa, sem distinção, as significativas provas de camaradagem. Não nos sobra o espaço para podermos arquivar aqui algumas das palavras que nos foram dirigidas como saudação pelo sucesso do número anterior; procurando melhor merecê-las, de número para número, registamo-las, porém, no nosso mais íntimo reconhecimento.

O Parlamento, baseado numa opinião do erudito professor e eminente polígrafo recém-falecido Dr. Teófilo Braga, opinião votivamente trazida àquela Câmara pelo deputado democrático sr. dr. João Camoens, resolveu decretar feriado nacional o dia 5 de Fevereiro, como tendo sido a data do nascimento de Luís de Camões.

Mereceu alguns reparos o assunto, principalmente da parte dos eruditos; quanto a nós, não dizendo que sim, nem que não, censuramos apenas a impetuosidade e pouca segurança com que, a propósito de tudo, hoje se decreta. Se é certo que já desde 1880, data do tricentenário da morte do Glorioso Épico, Teófilo Braga não hesita em afirmar que Luís de Camões «nasceu no mesmo ano em que morreu Vasco da Gama, em 1524», não menos é certo, todavia, que essa afirmação — absolutamente contrária à de todos os outros biógrafos, que marcam para a data do seu nascimento o ano de 1517, — não menos é certo que essa afirmação não mais foi precisada com elementos insuspeitos. Sê-lo-ia agora? Hesitamos em admiti-lo, sem que no-lo garantam os eruditos, embora tenhamos a maior admiração pela vasta obra e qualidades do sábio investigador. Mas se não era, — nem é, de facto, — a Câmara dos Deputados a instituição competente para sobre o assunto ajuizar, é porque o foi, e tão precipitadamente, para impor?

A frieza ou reserva, noutras circunstâncias considerada criminosa, com que o país inteiro deixou passar a data oficialmente fixada, é uma flagrante demonstração da pouca confiança nos juízos apresentados. Aguardamos que se pronuncie, como deve, a Academia de Ciências de Lisboa.

O dr. Augusto de Castro, ilustre director do *Diário de Notícias*, conta-nos a seguinte história: «Uma tarde, em Paris, almoçando com o sr. Herriot e o meu amigo e colaborador Osório, tive a fortuna de expor ao *maire* de Lyon as ideias que, poucos dias antes, expusera, em Lisboa, num artigo do meu jornal, sobre a eventualidade e a conveniência de reunir numa larga conferência os representantes da imprensa de todos os países latinos.

«Poderá ser esse — assim se me afigurava — o primeiro esforço, a primeira expressão, a primeira organização a tentar desse Bloco Latino em instintiva formação sobre as ruínas da Guerra — e da Paz.

«Tantas conferências internacionais de governos e de parlamentares, tantas assembleias de diplomatas e de homens de Estado se têm realizado depois da guerra! Não teria chegado ainda — dizia eu ao eminente político francês — o momento de deixar falar os povos por intermédio da publicidade e da expansão que são os grandes jornais de cada país; não seria, finalmente, útil realizar uma grande assembleia da opinião pública latina? A França só teria a ganhar com tal realização — porque a França é, pela sua tradição espiritual, pelo direito sagrado do Pensamento e da Glória, o lacho imortal, a Pátria de todas as pátrias latinas!»

O sr. Herriot ouviu, ouviu interessadamente e, reflectindo, interrompeu:

— «Tem razão. Vamos fazer esse Congresso. Organize-o o senhor, caminhe! Ofereço-lhe a hospitalidade da cidade de Lyon. Encarrego-me de todas as despesas, com uma condição apenas: a de que as sessões se efectuem em Março, durante a feira.»

O dr. Augusto de Castro — vontade de ferro ao serviço duma organização admirável — pôs-se, de facto, a caminho, delinear, deu alma aos seus objectivos, e «no mês de Março seguinte, como havia proposto e prometido o sr. Herriot», estavam em Lyon «oitenta

jornalistas sob a presidência ilustre dessa eminente figura, na imprensa e na tribuna, que é o senador Henry de Jouvenel.»

Dessa primeira «parada de forças do latinismo» saiu a obra do «Bureau da Imprensa Latina», que reúne os mais poderosos jornais do mundo, e a recente fundação duma revista, órgão do mesmo Bureau, dirigida pelo sr. M. de Waleffe.

Para a realização do 2.º Congresso foi escolhida a cidade de Lisboa, que soube acolher os seus ilustres visitantes com uma galhardia por todos os títulos notável.

Luís de Oliveira Guimarães, um dos mais talentosos e gentis espiritos da nova geração, lançou há pouco, no diário vespertino de Lisboa *A Capital*, uma ideia que merece o nosso entusiástico aplauso.

«Parecia-me muito interessante, diz, que nós, os novos, organizássemos uma exposição dos nossos livros. Pois se os pintores, os escultores, os caricaturistas, não raro expõem as suas obras, é porque não havemos nós, escritores, de expor as nossas?»

«Dir-se-há que as montras e as estantes dos livreiros são exposições permanentes? A verdade é que estas exposições têm um carácter mais acentuadamente comercial do que literário, — e a minha ideia duma exposição editorial, como eu a sonho, teria um carácter mais leito: seria como que um *salão* onde se dessem *rendez-vous*, numa estreita camaradagem, os livros e os escritores que os escreveram.»

E, precisando:

«Numa sala, tanto quanto possível no Chiado, nós exporíamos durante quinze dias, ou mais, os nossos volumes, agrupados, ou em volta do nome dos autores ou em volta da indole dos livros. Nessa mesma sala, que nós adornaríamos, de certo modo, com as nossas recordações literárias, e à qual emprestaríamos, tanto quanto possível, uma fisionomia portuguesa, — nessa mesma sala, dizia eu, nós realizaríamos algumas conferências, onde se procurasse estudar as modernas correntes da literatura portuguesa, reflectidas nos livros expostos, e a individualidade dos seus autores. Dentro deste critério seria possível estreitar não apenas os laços que devem ligar os escritores aos leitores, mas também — e não era esta a sua menor vantagem — estreitar os laços de afectuosa camaradagem que devem existir entre aqueles que escrevem.»

Que os novos meditem nesta bela iniciativa e não deixem de responder, livres de paixões más, ao convite que lhes vai brevemente ser dirigido.

Entre os jornalistas estrangeiros que vieram a Lisboa assistir ao 2.º Congresso da Imprensa Latina, contava-se a ilustre poetisa cubana, grande amiga do nosso país, Madame Emilia Bernal, que nós mimoseou com um recital dalgumas das suas melhores produções, nas salas da redacção de *O Mundo*.

Por deferência da distinta visitante para com a *Alma Nova*, damos a seguir aos nossos leitores uma das mais mimosas peças ali recitadas:

El madrigal de las manos

Yo sé de unas manos que tienen blancura
de nieve de altura.
Yo sé de unas manos de tal suavidad,
que una vez posaron en la frente mía
y en ella dejaron la nostalgia
perenne, de su suavidad.

¡Oh manos piedosas que espero y bendigo!
... Si de hoy más pudierais estaros conmigo,
se habrían de acabar
las ansias febriles de aquesta mi frente,
ya que tan suavemente
sabeis acariciar!

¡Oh manos que nunca sereis manos mías,
yo os he de soñar con mística unión
en tanto que duren mis pálidos días,
como dos palomas que han hecho su nido
en mi corazón!

M. M.

PROBLEMAS ACTUAIS



F. CARMO E CUNHA

Diplomado pelo Instituto Superior do Comércio e
Chefe de Repartição do Ministério do Comércio

A REMODELAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A REDUÇÃO DOS QUADROS DO FUNCIONALISMO

FIEL ao seu programa de ressurgimento, que só agora começa a ser devidamente compreendido, vai a "Alma Nova" iniciar através dum dos seus mais dedicados «Amigos» e colaboradores, o sr. Carmo e Cunha, a explanação dalguns princípios de acção administrativa mais ou menos imediata, tendentes a dar uma solução honesta e quanto possível rápida aos graves problemas nacionais que de momento nos assobrem (^a).

Mais uma vez esta revista assim acentua o seu nobre espirito de independência e a sua exclusiva preocupação de ser útil ao levantamento moral e material do País.

A necessidade de efectuar economias nas despesas públicas trouxe à tona da discussão este problema, dando-lhe um aspecto de oportunidade que, neste momento, nenhum outro apresenta. A importância do assunto justifica inteiramente o interesse que ele está merecendo à opinião pública que, nos últimos tempos, o vem debatendo com uma insistência que é raro ver a propósito de qualquer outra questão.

Para o Estado nenhum outro problema se lhe pode apresentar que exceda ou sequer iguale este em importância e gravidade, pois ele implica com os princípios fundamentais em que assenta a sua própria constituição.

E' sabido que, segundo as mais modernas teorias do direito, o dever principal, senão único, dos governantes, consiste em assegurar o bom funcionamento dos serviços públicos, nada mais sendo, para alguns autores, o direito público, do que o conjunto de regras determinando a organização e funcionamento regular e contínuo desses serviços.

Todas as atenções e cuidados são poucos, pois, no estudo desta questão de máximo interesse social. Mas, infelizmente, ela mal tem saído da fase de verbalismo, de declamação em que tem andado envolvida.

E' necessário que ela termine, entrando-se de vez e a valer no período de realizações práticas.

Todas as ideias que surjam devem ser apreciadas com carinho, desde que um intuito honesto as inspire: são elementos para um trabalho sério que há a fazer. Alguns alvitreiros se encontrarão neste artigo, que dividimos em três partes: na 1.^a esboçamos as linhas gerais do plano que julgamos deveria adoptar-se; na 2.^a indicamos o respectivo processo de execução, e na 3.^a, finalmente, fazemos ligeiras considerações sobre alguns aspectos da parte financeira da questão, em geral a mais focada.

Quanto à 1.^a parte, entendemos que seria conveniente estabelecer o método do trabalho que a seguir indicamos:

- A—Definir com rigor as funções do Estado;
- B—Estabelecer com precisão os órgãos por que devem exercer-se (¹);
- C—Organizar os serviços e prover sobre o seu funcionamento;
- D—Recrutar os funcionários (A questão do pessoal).

A—Ao definir as funções do Estado, determinamos as suas atribuições e fixamos concretamente a sua missão. Bem delimitada a sua esfera de actividade — política, jurídica, social e patrimonial — estabelece-se, por exclusão, a que é reservada aos particulares.

E' evidente que só depois de perfeitamente definida uma orientação em matéria de Política Administrativa se poderá indicar quais os serviços cujo funcionamento o Estado deve assegurar. Falem os partidários e os adversários do intervencionismo, mas tome-se uma resolução definitiva e definam-se com clareza os objectivos em vista.

B—Fixadas as funções, há que distribuí-las entre as várias entidades que se integram no Estado, constituindo os vários:

- a) Órgãos centrais;
- b) Órgãos locais—de interesses gerais e circunscricionais (distrito, município e paróquia);
- c) Órgãos institucionais (institutos públicos, — v. g. universidades e administrações autónomas e institutos de utilidade pública (²).

(^a) N. da R.—O presente estudo foi-nos entregue em 5 de Fevereiro último. Sobre os restantes assuntos irão também escrever individualidades de provada competência.

(1) Não nos preocupamos, neste momento, demasiadamente com o sentido rigoroso dado às palavras função, órgão e organismo, no campo da ciência do Direito. Empregamo-las numa acepção vulgar; estas e muitas outras que usamos neste artigo.

(2) Relativamente a esta última categoria de institutos, o Estado marcará com toda a clareza a sua posição em face da iniciativa particular.

Assentam-se então os princípios sobre a centralização e descentralização administrativas. Definem-se as atribuições das autarquias locais. Aponta-se o número e a denominação dos diversos organismos a estabelecer: ministérios, sub-secretariados (se se julgarem necessários), administrações gerais, comissariados, comissões, juntas ou quaisquer outras entidades.

Nesta parte a hesitação tem sido tal que ora se propõe a extinção de um ministério ora a ideia é posta de lado; num dia alvitra-se a supressão de um organismo, no dia imediato dá-se-lhe maior desenvolvimento ainda.

C—Determinadas as necessidades gerais que não-de ser salisfeitas sob a forma de *serviços públicos*, indicados os órgãos e escolhido o processo de exploração ⁽¹⁾, há que organizar os serviços e prover sobre o modo de funcionamento.

E assim:

a) Definir ideias sobre concentração e desconcentração de serviços, indicando os que não-de ser desempenhados por órgãos, funcionando na sede do Poder Central ou fora dela, descreminando os serviços de secretaria dos chamados serviços externos;

b) Determinar bem os fins do respectivo serviço e dotá-lo e organizá-lo de maneira a poder desempenhar cabalmente a sua missão;

c) Facultar à administração os meios de realmente *administrar*, tendo em vista que, como diz Fayol, ela consiste em *prever, organizar, dirigir, coordenar e fiscalizar*;

d) Indicar quais os diversos organismos de execução, ou *activos*, e os de *consulta*;

e) Organizando os serviços:

1) Fixar repartições e quadros;

2) Estabelecer os detalhes de execução;

3) Descreminar as atribuições dos funcionários;

4) Estabelecer a necessária ligação entre os diversos serviços e bem assim destes com quaisquer outras entidades.

f) Observar, entre outros, estes princípios:

1) Máxima economia, melhor aproveitamento de esforços e de aptidões, preocupando-se em conseguir que as repartições desempenhem efectiva e cabalmente a missão para que foram criadas;

2) Adaptação às novas necessidades sociais e grande maleabilidade, de forma a amoldarem-se automaticamente às transformações rápidas que se operam hoje na vida das sociedades ⁽²⁾;

3) Fixação de prazos curtos para execução dos serviços, tornando efectivas as responsabilidades pelas demoras, descentralizando atribuições e simplificando o expediente;

(1) E' essa a ocasião de se determinar quais os serviços que o Estado deve desempenhar directamente (gestão directa ou régie) e quais os que deve entregar sob o regimen de concessão; decidir sobre o problema da industrialização, dos monopólios do Estado e da constituição das chamadas empresas mixtas, em que ele entre conjuntamente com os particulares visando fins de economia nacional.

(2) Acabam assim os anacronismos e termina o roneirismo burocrático, muitas vezes devido mais às deficiências das organizações do que à culpa dos empregados.

4) Aplicação das normas que um estudo atento dos métodos de Taylor e Fayol demonstrar serem práticas e úteis no campo da administração pública.

D—Definidas atribuições, organizados serviços e fixados quadros, surge — e não antes ⁽¹⁾ — o problema do pessoal.

Neste capitulo temos, além doutros, estes pontos a considerar:

a) *Preenchimento de quadros* (provimento de lugares e selecção moral e profissional dos funcionários,—problema a que ligamos grande importância ⁽²⁾);

b) *Utilização dos adidos*, empregando-os da maneira que já indicámos (entrevista citada) e bem assim no serviço de actualização de receitas e realização de inquéritos industriais, comerciais e agrícolas, de que adiante falamos;

c) *Aposentações ordinárias e extraordinárias* e situação dos funcionários que livremente abandonarem o serviço;

d) *Elaboração do estatuto do funcionário*, determinando com rigor as suas obrigações e fixando os seus direitos; efectivando, inexoravelmente, responsabilidades dos empregados que não cumpram os seus deveres e respeitando, escrupulosamente, as regalias que lhes forem concedidas. (A situação jurídica dos funcionários, em todos os seus detalhes, já está regulamentada na Alemanha desde 1873 num só diplôma — lei de 31 de Março desse ano);

e) *Vencimentos*, — deve haver mais estreita ligação entre o serviço prestado e a remuneração a perceber. Convém igualmente estudar a forma prática de melhorar a condição financeira dos funcionários, *sem maior agravamento de encargos para o Tesouro*, mediante organização especial dos serviços existentes de cooperativas, assistência médica, monte-pios, caixas económicas, etc. ⁽³⁾

(1) É Pode sensatamente indicar-se o número de funcionários e fazer a sua escolha sem prévia determinação de funções e organização de serviços? Não. E' manifesto que para os apologistas da intervenção do Estado, unicamente na chamada função de segurança, todos os organismos que a esta não digam respeito são supérfluos. Pelo contrário, os defensores duma acção mais extensa evidentemente preconizam a manutenção dos serviços necessários para que ela se exerça.

(2) Já indicámos em linhas gerais a forma. [Entrevista concedida ao jornal *O Século*, de 14 e 22 de Dezembro último, onde tratamos, assim como no *Diário de Lisboa* e *Capital* respectivamente de 18 de Janeiro e 1 do corrente, do problema do funcionalismo. A consulta a estes jornais esclarece muitos dos pontos de vista expostos neste artigo. Além dos concursos em que aí falámos (escritos e orais), parece-nos interessante a criação, sem encargo para o Estado ou para os funcionários, de cursos especiais reduzidos, onde aqueles que o desejassem estudariam as matérias cujo conhecimento mais de perto interessa ao bom desempenho das respectivas funções e que constariam dos programas respeitantes aos referidos concursos. Dar-se-lhes-iam vantagens especiais nos provimentos dos cargos efectivos, promoções, etc. E' claro que estes cursos tinham carácter transitório, extinguíam-se logo que fivessem realizado o seu objectivo especial e deslinavam-se a contribuir para a valorização dos actuais quadros. (Neste momento não nos preocupa a forma futura do preenchimento de lugares). Adoptava-se assim uma orientação semelhante à que tem sido preconizada, a nosso ver inteligentemente, para os officiais milicianos, — com os cursos de aperfeiçoamento].

(3) Este problema ainda não foi estudado, mas merece grande atenção, pois à medida que as dificuldades de vida vão aumentando para o pessoal a situação do Tesouro vai-se também agravando. E' talvez conveniente combinar o actual sistema das melhorias dos vencimentos — hoje indispensável — com o de melhoria a estabelecer pela acção dos meios indicados.

f) *Acusações públicas contra os funcionários.* Devem determinar sempre procedimento. Processo rápido, sem necessidade das habituais sindicâncias e obrigatoriedade da publicação em prazo curto da sanção aplicada ao empregado que delinuiu ou ao acusado que difamou.

Execução do plano

1.º — O Poder Legislativo, depois de fixadas em bases muito gerais as principais normas e princípios a observar, concedia ao Poder Executivo a autorização necessária para que ele decretasse a remodelação profunda de que carecem os nossos serviços públicos (1);

2.º — Entretanto, os respectivos chefes seriam obrigados a apresentar, em prazo curto, relatórios sobre os diversos serviços a seu cargo, terminando por propostas concretas e concisas sobre as reformas que entendessem conveniente introduzir nos organismos que dirigem;

3.º — Trabalhos semelhantes solicitaria o Governo das várias corporações scientificas e profissionais, na parte que a cada uma delas dissesse respeito;

4.º — Recolhidos estes elementos de estudo (e nenhuns outros existem, julgo), o Governo, por sua vez, estabeleceria preceitos detalhando as bases da lei, concedendo a autorização, e constituiria uma Comissão Central encarregada de formular o projecto de remodelação geral. Os trabalhos seriam feitos, não segundo os organismos, mas sim segundo os serviços. Por esta forma encararíamos, não este ou aquele ministério, mas sim este ou aquele serviço. Teríamos, assim, por ex.: serviços de finanças, estatísticos, agrícolas, judiciais, de defesa nacional, sanitários, bancários e de crédito, de comunicações, aduaneiros, de ensino, comerciais, coloniais, de relações externas, de segurança, de assistência, etc., que se desdobrariam nas suas diversas especialidades.

A referida Comissão Central formaria sub-comissões para apreciação dos trabalhos referentes a cada um dos serviços e a elas, por seu turno, indicaria regras mais pormenorizadas e daria as instruções precisas para estabelecer a maior unidade de vistas. Comissões bem seleccionadas, pouco numerosas, prestando a sua colaboração gratuitamente e com prejuízo de todo e qualquer outro serviço público;

5.º — O Governo apreciaria o projecto da Comissão Central, introduzindo-lhe as alterações que entendesse e imprimindo-lhe a precisa harmonia.

Publicar-se-iam em seguida, e em conjunto, os respectivos diplomas. Se as pessoas e colectividades chamadas a prestar este serviço, eminentemente nacional, pusessem nêle o carinho e a dedicação que

merece, dentro de 2 ou 3 meses de trabalho afincado a tarefa estaria no seu cabo. Infelizmente isto não se fará... No entanto, as vozes que já há quasi 5 anos vêm clamando continuarão a fazer-se ouvir... quem sabe durante por que tempo!... Pelo caminho que as coisas vão tomando, por muito ainda, ... ninguém nos garantindo que a obra, que deveria resultar dum estudo atento e consciencioso de competentes, não venha a ser, um belo dia, feita de um momento para o outro, à toa, por pessoas que na matéria não podem considerar-se autoridades;

6.º — Observando cuidadosamente a execução e funcionamento dos novos serviços, ir-se-iam anotando as imperfeições e lacunas que a prática revelasse. Uma Junta especial com funções gratuitas recolheria as informações dos respectivos chefes e estudaria, com eles, a forma de as suprir. Feito este trabalho de revisão, publicar-se-ia, ao fim de 2 anos, sem necessidade de nova autorização, a remodelação definitiva, que não poderia determinar aumento de despesa ou nomeação de novos funcionários.

Isto pôsto, procuremos focar, como promeamos, alguns dos aspectos de ordem financeira que o problema apresenta:

a) Se é certo que o grande número de nomeações feitas para lugares públicos trouxe um pesado encargo para o Tesouro (que ainda assim tem maneira de se ir, a-pouco e-pouco, aliviando dêle, sem dificuldades de maior), não é menos certo que para o desequilíbrio muito contribuiu a falta de receitas correspondentes às despesas, que as circunstâncias da guerra obrigaram o Estado a efectuar para o bom desempenho da missão que teve de assumir.

Do quadro que a seguir publicamos (N.º 1), relativo a um período de 8 anos, dividido em duas partes — os 4 últimos anos antes da guerra e os 4 immediatos —, tira-se esta conclusão: enquanto as receitas durante esta última época (anos económicos de 1914-15 a 1917-18) aumentavam uma unidade, as despesas aumentavam 3,75; e no entanto a ditadura de 1919 ainda se não tinha produzido, e a inflação dos quadros do funcionalismo ainda se não havia dado.

QUADRO N.º 1

Receitas e despesas públicas

(médias anuais em contos)

Anos económicos	RECEITAS	Anos económicos	DESPESAS
1910-11 a		1910-11 a	
1913-14	75.280,75	1913-14	75.588,5
1914-15 a		1914-15 a	
1917-18	94.613,25	1917-18	148.261
	Aumento médio anual 19.332.500\$00		Aumento médio anual 72.672.500\$00

(Vão incluídas todas as receitas e despesas públicas, mesmo as constantes das contas especiais da guerra).

(1) Não é uma utopia o que se pretende. Com frequência o Parlamento está concedendo aos governos faculdades amplas. Por vezes, ao que parece, têm sido estes que não têm querido usar delas, — haja em vista o que succedeu com as leis n.ºs 971 e 1.044, autorizando a reforma dos serviços públicos. Ao abrigo destes diplomas só se fez verdadeiramente uma remodelação: a do Ministério do Comércio e Comunicações. (Decreto n.º 7.036 de 17 de Outubro de 1920, que suprimiu 311 lugares); nos restantes ministérios apenas se fizeram extinções de lugares ou ligeiríssimas modificações nalguns serviços.

Nos pequeninos gráficos que seguem melhor ressaltará à vista o desequilíbrio.

Aumento das receitas 1

Aumento das despesas 3,75



1,27 1
13-14 23-24

3,12 1
13-14 23-24

Gasta-se menos com pessoal e cobram-se menos receitas (1).

QUADRO N.º 3

Economias imediatas realizadas nas verbas de pessoal pela supressão de vários organismos (hipótese da demissão imediata, pura e simples, dos respectivos funcionários — civis e militares — em número de 3:769) (2).

a) Supressão de 50 comarcas:

40 ordenados de Juiz de 3. ^a	420:000\$00		
10 ordenados de Juiz de 2. ^a	118:936\$80	538:936\$80	
50 ordenados de delegados	525:000\$00	1.063:936\$80	

b) Extinção de 3 Ministérios:

Ordenado de ministro, chefe de contabilidade, chauffeur, contínuo, correio e gratificação do secretário . 90:231\$76 × 3 = 270:695\$28

c) 11 Direcções Gerais:

Ordenados dos directores gerais (20:400\$00 × 11) = 224:000\$00

d) 55 Repartições:

Ordenados dos chefes (15:300\$00 × 55) = . . . 841:500\$00

e) Extinção de 2:100 lugares de funcionários

(excluindo aqueles) (2:100 × 6:000\$00) = 12.600:000\$00

Sôma 15.000:132\$08

Ministério da Guerra:

Demissão de 1:000 of. (1:000 × 9:000\$) 9:000\$00

Ministério da Marinha:

Demissão de 500 of. (500 × 9:000\$) 4:500\$00 13.500:000\$00

(3) Total (despesa anual) 28.500:132\$08

QUADRO N.º 4

Aumento provável das receitas públicas

1) — Propostas do ministro Cunha Leal 224.000:000\$00
(Dezembro último)

2) — Cálculos do ministro Álvaro de Castro:

Aumento de várias receitas 177.500:000\$

Propostas a apresentar para

cobrir o déficit 95.553:000\$ 273.053:000\$00

(1) Duas, das muitas conclusões a tirar dos números do Quadro n.º 2:

a) Mesmo que amanhã reduzissemos os quadros civis e militares aos efectivos de 1913-14 — pagando ao exército e funcionários que ficassem os seus ordenados, não com actualização mas com maior aproximação do que existe actualmente, gastar-se-iam (20:260 × 25) = 506:500; mais ainda, portanto, do que actualmente.

b) Avançando mais, isto é: reduzindo aqueles mesmos quadros (sem ter em conta a mais extensa acção do Estado depois da guerra) em 15 % e multiplicando os vencimentos por 25, obfinhamos 430:525. Continuava a dispende-se quantia excedente à actual.

(2) Na hipótese que estabelecemos não deduzimos a importância necessária para a manutenção de sub-secretariados de Estado, que a extinção dos ministérios, mais cedo ou mais tarde, determinaria.

(3) Conforme já foi calculado por autoridades na matéria, as contas públicas do ano económico corrente devem fechar com um déficit superior a 400 mil contos. Sejam, v. g., 430 mil. Com este aparatoso programa ele ficava reduzido a 401.500:067\$92.

A pátria não ficava salva e as consequências... talvez determinassem novas despesas de importância superior às economias.

Convém acentuar que elaboramos este quadro para demonstrar, com um exemplo, que nos parece sugestivo, que em geral se atribue uma importância muito exagerada às reduções de pessoal. Mal dos orçamentos se nos fiassemos só nelas para o equilibrar. Nunca mais deixávamos de ter grandes déficits.

QUADRO N.º 2

DESPESAS com pessoal (civil e militar)

RECEITAS

		Contos	Libras
Ano 1913-14		20:260 (a)	3.860:000
Aproximando da actualização (multiplicação por 2:500)		506:500	
Ano 1923-24		410:000	3.037:037
Menos		96:500	722:963
Ano 1913-14		76:450	14.563:619
Aproximando da actualização (multiplicação por 2:500)		1.911:475	
Ano 1923-24		628:867	4.658 274
Abatendo (b)		1.282:608	9.905:345
Menos			

(a) Este número é o que figura na fese . A questão do equilíbrio orçamentário, do sr. dr. Armino Monteiro (fl. 10). A' libra, demos os valores de 5825 e 135\$00, respectivamente nas contas do ano de 1913-14 e no actual.
(b) Esta importância — 78:750 — foi descontada pelo ex-ministro das Finanças, sr. Cunha Leal, nos cálculos que fez sobre a lei orçamental em vigor e é proveniente de diminuição na receita do imposto de transacções e seus adicionais.

Quere dizer: comparando as despesas com funcionalismo civil e militar nos anos de 1913-14 e no actual, e bem assim as receitas públicas relativas a êsses mesmos anos — indicando todas as importâncias em libras —, temos:

Despesa 1913-14 = 1,27
Despesa 1923-24 = 1

Receita 1913-14 = 3,12
Receita 1923-24 = 1

c) Julgamos interessante comparar os números citados nos quadros 2, 3 e 4 com o que representa o aumento de despesa trazido pelo agravamento cambial. O ágio do ouro no orçamento do actual ano económico foi calculado em 1:500 ‰; na proposta orçamental para o próximo ano (1924-25) foi calculado em 2:555 ‰. Dessa diferença resultou, conforme se vê da mesma proposta:

Aumento na dívida pública	104.363:279\$25
Aumento nas despesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros	14.363:000\$00
Sôma	108.726:279\$25

Esses números são, representando pela unidade o número que indica a diminuição de despesa do quadro 3:

— *aumento das receitas* 7,08 e 9,05 (conforme a hipótese 1.^a ou 2.^a);

— *agravamento cambial* 4,01.

Parece conveniente, pois, que os nossos governantes olhem para o problema das receitas e do agravamento cambial;

d) O problema da redução do número de funcionários vai-se resolvendo com a simples acção do tempo. (Vide quadro n.º 5).

Outro tanto não sucede com as questões das receitas, da carestia da vida ⁽¹⁾ e da instabilidade cambial. Aquele simplifica-se, estas complicam-se. E' bom não falar exclusivamente em compressão: faça-se nesta matéria o que uma política honesta e inteligente indicar, mas não se deixem agravar problemas mais importantes ainda, obrigando os governos a desviar d'êles a sua atenção.

QUADRO N.º 5

— Número de vagas existentes nos diversos serviços públicos, segundo as declarações do ex-presidente do Ministério sr. António Maria da Silva ao saúdar no Parlamento o seu sucessor	4:000
— Nos quadros especiais já ocorreram, desde Setembro de 1919, aproximadamente vagas	110
— Nos quadros do Ministério do Comércio e Comunicações, reduzidos por virtude da organização de 17 de Outubro de 1920 já se produziram . . . vagas	67

e) O número de funcionários tem vindo a diminuir desde os princípios do ano de 1920 (Promulgação da Lei n.º 971); os câmbios têm vindo a agravar-se. Aos períodos de mais intensa política de compressão de despesas nem sequer tem correspondido um período de estabilização cambial; antes tem coincido — não apreciamos agora as razões — com um agravamento. (Confrontem-se as respectivas cotações com os números do *Diário do Governo* e do *Diário das Sessões*, designadamente no período decorrido de Novembro último a Fevereiro corrente);

f) A vida está encarecendo em progressão maior do que a do aumento de vencimentos dos funcionários ⁽²⁾. Como, relativamente ao número d'êles, há

um limite mínimo — o estritamente necessário ao funcionamento dos serviços ⁽¹⁾ — aquele encarecimento, só por si, tende a criar ao Estado uma situação gravíssima. Atingido aquele limite, atribuir-se-há ao problema a importância que êle realmente tem e ver-se-há a sua influência no orçamento das despesas, agravado não tanto pela quantidade de empregados mas mais principalmente pelo aumento do custo de vida (Vejam-se as verbas de melhorias);

g) E' certo que se não altera facilmente o regime tributário tradicional num país, mas também não se modifica mais facilmente a estrutura fundamental dos serviços públicos dum Estado, de que aquele regime é apenas uma modalidade. E, tanto assim é, que ela se mantém, por vezes, através de séculos, resistindo às próprias mudanças de instituições que, em geral, lhe não introduzem alterações profundas;

h) Parece incoerência adoptar determinado regime tributário e não manter praticamente a proporção estabelecida entre as suas taxas e o valor da matéria tributável.

E' na prática a negação d'esse mesmo regime, sem ao menos se estabelecer outro. E' o caos;

i) ¿O aumento de impostos contribue para o encarecimento da vida? Mas o custo desta tem aumentado entre 2:500 ‰ e 3:800 ‰, como atrás notámos, enquanto aquelas apenas produzem 8 vezes mais, aproximadamente, de que em 1913-14. E aos períodos de manutenção de receitas não tem correspondido estabilização de preços. As curvas das respectivas oscilações não apresentam relação alguma entre si;

j) Na vasta obra do equilíbrio orçamental a emprender, manda a equidade se proceda de maneira a que haja proporcionalidade entre os sacrificios resultantes da compressão de despesas e os derivados do aumento das receitas. O interesse nacional não impõe sacrificios para um só lado. A propósito: as diversas classes do funcionalismo devem estudar, com critério científico e espírito de conciliação, os vários problemas que lhes dizem respeito, procurando dar-lhes solução. Talvez venham ainda a arrepender-se de terem dormido demasiadamente, sobretudo no que respeita às campanhas de ordem moral que por vezes os atingem;

k) A política da compressão tem de ser conduzida de maneira a não produzir um ambiente absolutamente hostil à elevação de tributos. Por vezes as localidades sujeitam-se de-boamente a sacrificios, bastando para tal demonstrar-se-lhes, praticamente, respeito pelas suas regalias e privilégios.

Certamente não agradecerão, se num dia lhes acabarem com êles e no dia seguinte, ainda por cima, lhes aumentarem os impostos;

l) Se o carinho, energia e pertinácia, verdadeiramente notáveis, que grande número de patriotas tem dispendido na campanha da redução de despesas, fôsem postos igualmente ao serviço da propaganda e estudo do aumento das receitas, a situação do Tesouro talvez fôsse mais desafogada. E, certamente, melhor seria ela, se êsses propagandistas mostrassem, de forma iniludível, boa vontade em sujeitar-se

(1) Temos indicado a taxa de encarecimento de vida de 2:500 ‰, mas entendemos que actualmente ela é superior. Se não estamos em erro, em cálculos que vimos algures era fixada em 3:800 ‰.

(2) Nos termos da lei de melhorias, nenhum funcionário pode receber menos de 10 nem mais de 20 vezes o que percebia em 1915. Um grande número apenas recebe mais 1,100 a 1,200 ‰.

(1) Só uma remodelação d'êstes, como dissemos, pode estabelecer êsse número, não havendo, antes dela feita, base séria para cálculos.

a sacrificios idênticos àqueles que *generosamente* aconselham aos outros;

m) Convém, mais uma vez o afirmamos, remodelar e simplificar os serviços, seleccionar os quadros, fazer economias, etc.; mas não é menos conveniente:

1) Proceder-se com toda a urgência a uma cuidadosa revisão das verbas das receitas públicas, no sentido de aumentar os rendimentos do Tesouro.

Determinar-se-ia, para tal, aos chefes de vários serviços públicos e aos varios organismos oficiais, que apresentassem propostas concretas indicando as receitas a aumentar e criar ou ainda a suprimir (no caso de se não justificarem), ouvir-se-iam as várias corporações profissionais sobre o assunto.

Efectuar-se-ia um estudo rigoroso das actuais condições económicas e financeiras do país, realizando os inquéritos industriais, comerciais e agrícolas, a que já aludimos, e coligindo os vários elementos de apreciação ⁽¹⁾, revendo-se matrizes, etc.;

2) Conceder o Poder Legislativo autorização, em bases muito gerais, ao Poder Executivo para elevar as receitas públicas até ao limite a fixar.

Feito o estudo do problema e dada esta autorização, promulgar-se-iam as medidas estabelecendo as novas receitas públicas. Trabalhando-se com boa vontade, dentro de 3 ou 4 meses alguma obra útil já se teria realizado. No entanto os trabalhos prosseguiriam, reparando-se depois os erros que se tivessem cometido, para a definitiva fixação das taxas. Combinado este trabalho com o da comissão de remodelação de serviços, em que atrás falámos, poderíamos assentar em bases sólidas a obra larga que há a fazer no campo da administração pública;

n) Os quadros do funcionalismo têm sido sensivelmente reduzidos por virtude das leis n.ºs 882, 971 e outros diplomas, não devendo possuir actualmente maior número de cargos do que os que existiam em 1913-14.

Eis alguns números indicando lugares suprimidos:

Lei n.º 882	779 lugares	
Decretos do Govêrno Álvaro de Castro	1:216	
	1:231	2:447
Organização do Ministério do Comércio e Comunicações	311	3:537
Diversos diplomas (cálculo aproximado).		190
	Sóma	3:927

⁽¹⁾ Poder-se-iam utilizar, como auxiliares, como já dissemos, os funcionários adidos, ou outros dos quadros que, no momento, pudessem substituir-se por aqueles, conforme mais conviesse.

Há agora a juntar as vagas existentes, que devem contar-se por muitas centenas. (Oportunamente desenvolveremos este ponto e seremos mais rigorosos);

o) Como o país se tem vivamente interessado por estes assuntos, era conveniente que os governos o esclarecessem devidamente, citando números, desfazendo atoardas e pondo em relêvo o que se tem feito no sentido de reparar erros passados.

Com a verdade todos lucrariam e acabava-se com certos exageros;

p) Quasi todos os cidadãos preconizam economias nas despesas públicas. Têm razão. Mas era conveniente que juntassem o exemplo às palavras.

Sob o ponto de vista social só há inconvenientes na realização de muitos gastos que, por vezes, arruinando os orçamentos privados representam perdas para a economia nacional;

q) E' necessário fazer economias, mas a experiência tem demonstrado que, por vezes, se poupam num dia 5 e as circunstâncias, no dia seguinte, obrigam a gastar 10. Sobretudo em despesas relativas a obras de fomento ou a material, é frequente o facto. Julgamos preferível à fórmula cega, rígida *comprimir*, esta: *gastar* com inteligência e honestidade.

Muito nos alongamos já; não queremos continuar cansando mais a atenção dos leitores que hajam sido porventura atraídos pelo título deste artigo. Não desejamos, porém, terminar sem que chamemos a atenção da *Alma Nova* — revista moderna, de ideias generosas, que não conhece videirismos nem tem intuítos reservados — para esta questão máxima, que na sua grande complexidade envolve os principais problemas que interessam à vida portuguesa.

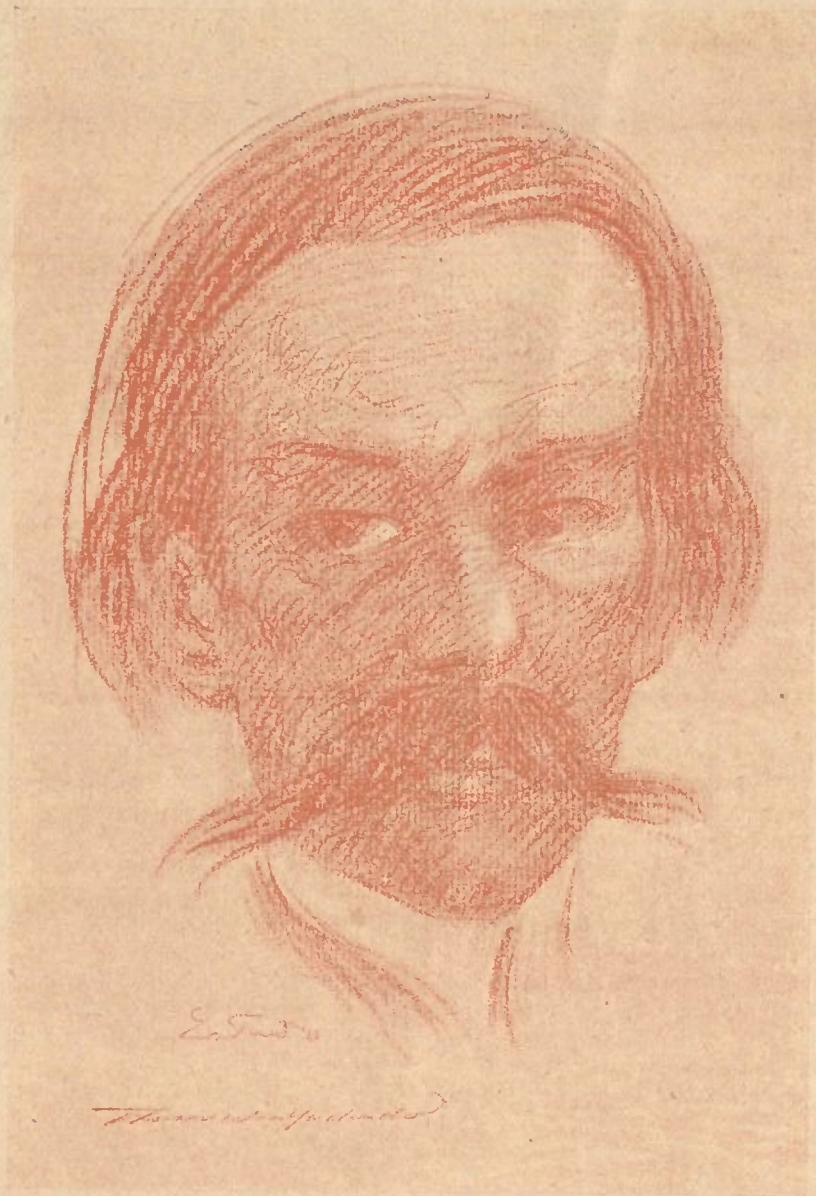
Lembramos-lhe que, continuando a aplicar útilmente o seu tempo, tente alargar o seu patriótico programa, promovendo não só a discussão ampla e serena deste e outros assuntos da administração pública, mas ainda que chame a si a iniciativa duma série de conferências públicas feitas por individualidades de provada competência.

Lisboa, Fev. de 1924.

F. CARMO E CUNHA.

NO PRÓXIMO NÚMERO
ALGUNS NOVOS ASPECTOS
DESTE MESMO
: PROBLEMA :

LEITOR, SE CONCORDAS COM A
ORIENTAÇÃO PATRIÓTICA DA
"ALMA NOVA", AJUDA-NOS A
MANTÊ-LA, ASSINANDO-A E RECOMENDANDO-A ÀS PESSOAS DAS
TUAS RELAÇÕES



CAMILO CASTELO BRANCO

Por SAAVEDRA MACHADO

Para um "In-memoriam" Camiliano, dirigido
artisticamente por Saavedra Machado e edi-
tado pela Casa Ventura Abrantes

CRÓNICA POLÍTICA E SOCIAL

EDUCAÇÃO SEXUAL

O CUPEMO-NOS da puberdade, na sua evolução para a adolescência, época das mais perigosas para o futuro da espécie.

Pobre idade — podemos chamar-lhe —, em que, tendo-se um impreciso e por vezes bem apagado conhecimento do mundo, por êle somos obrigado a caminhar às cegas.

A puberdade é a época marcada pelo aparecimento da faculdade procriadora. E possuindo todo o sêr vivo dois instintos fundamentais, o da nutrição e o da reprodução — este quasi tão importante como o primeiro — ¿como se comprehende que nem pais, nem educadores ⁽¹⁾ dêem aos rapazes os conselhos que os orientem na sua vida sexual? Fazem-se tantas propagandas; consome-se tanto tempo com futilidades; e como se concebe que em assunto de tão capital importância, sob a capa de moral, se cerceiem todos os conhecimentos e se deixe a mocidade entregue a si própria, à vontade, na contingência de desvarios, por defeito ou por excesso?

O homem é o escravo da vida da espécie, e a Virtude, entendemos nós, não está em ignorar o perigo, mas sim em o conhecer e dêle nos saber-mos desviar.

Bem diz o professor Azevedo Neves: «uma educação sexual livre, sem exemplos perversos, pela naturalidade com que é recebida, não leva a sugestões malévolas.»

Não contribuindo o silêncio para o desenvolvimento da Moral, daqui não se deduz que não usemos daquela prudência que é necessário levar à conta de boa medida, desviando o espírito da mocidade de pensamentos excitantes, afastando-a das leituras eróticas, conversações obscenas e espectáculos corruptos, atraindo-a à prática dos desportos e fazendo a sua higiene cerebral nas distrações sãs. Mas não estejamos a recalcar manifestações, que não constituem desejo libidi-

noso, mas instinto fisiológico absolutamente normal.

A génese do instinto sexual foi maravilhosa-mente exposta há cerca de trinta anos pelo professor Freud, da Faculdade de Medicina de Vienna-de-Austria, nos seus interessantes trabalhos sobre a psico-análise; por onde se apura e documenta que um grande número de doenças nervosas são a resultante dum desejo sexual reprimido.

A psico-análise é um instrumento perfeito para o estudo da dinâmica dos psiquismos humanos e das suas consequências. E' um método investigador da origem ou causa dos actos sub-conscientes do indivíduo, utilizado para tratamento de certas doenças nervosas. Esta diagnose assenta na interpretação dos sonhos, pelo que se encontra numa equivalência de figuras a determinados símbolos.

Exemplifiquemos, para melhor compreensão, a personalidade dividida em três andares.

Suponhamos alojado no primeiro o consciente, no de baixo — o rés-do-chão — o sub-consciente, no subterrâneo o inconsciente.

Ora, durante os sonhos, como o pensamento não dorme, o inconsciente aflorando à superfície será como que o morador do subterrâneo, apare-

cendo mascarado no primeiro andar.

Assim como um raio de sol caindo sobre a água corrente e cristalina, nos revela o fundo límpido ou nodoso do seu leito, de igual modo a luz da consciência, embora diluída durante o sonho, projectada no inconsciente faz-nos sentir as nossas inclinações. Pois bem, o sonho será a fotografia caricatural do que pensamos, e como actividade psicológica, que reúne os pensamentos, por meio de equivalências interpretativas deduz-se o estado de espírito da pessoa; descobrem-se os males que a afligem e a terapêutica a aconselhar. *A terapêutica analítica, pondo a descoberto os conflitos que geram os sintomas, serve-se para os modificar no sentido em que psiquicamente se deseja sair desses conflitos.*

Em rigor a matéria é bem mais complicada, pelo emaranhado de símbolos com que se rela-



DR. ASCENSÃO CONTREIRAS,

diplomado com distinção pela Faculdade de Medicina de Lisboa e hábil clínico na mesma cidade, que muito se tem dedicado aos estudos de neuropatologia e que realizou recentemente, na capital algarvia, uma valiosa palestra sobre Higiene Social. Por amável deferência para com a "Alma Nova", dela transcrevemos o presente : : : : : capítulo : : : : : :

(1) Posteriormente à realização da nossa palestra, tomámos conhecimento por revistas francesas que nos países Scandinávios e nalguns cantões da Suíça a educação sexual está confiada aos médicos, a título de profilaxia sanitária.

ciona, mas reduzimo-la aqui a estas abreviadas explicações, por termos que roçar pelo assunto, a propósito dos múltiplos adeptos que, em apaixonadas discussões, o veem debatendo de modo a formarem uma verdadeira legião do pan-sexualismo, — pois em tudo vêem manifestações de actividade sexual. Assim, para uns o prazer da sucção dos seios, em que a criança acaba por dormir sem mamar, e de modo análogo a «pous-sée» congestiva que lhe traz um certo desenvolvimento mamário, após o nascimento, representam já as primeiras manifestações de actividade sexual, que, no dizer dos modernos fisiologistas, se anuncia realmente dum modo mais precoce do que até há pouco se considerava. Depois as micções frequentes, tidas à conta de poluições; a particular afectividade que em geral se observa nas raparigas pelos pais e nos rapazes pelas mães, representariam outras tantas manifestações de sexualidade.

Para outros, cada órgão dos sentidos teria duas funções: uma a específica; outra a da sexualidade.

Então, os olhos seriam para ver e para apreciar as formas de beleza desejada; a bôca seria para comer e para beijar, etc.

Sem perfilharmos tais exageros, embora confessemos uma certa simpatia por tal doutrina, o certo é que ela trouxe-nos a vantagem de averiguar como facto assente que as doenças de fundo neurótico, como a histeria e as obsessões, proveem dum desejo sexual abafado na infância. A neurastenia e a neurose da angústia eram, as mais

das vezes, originárias da repressão do mesmo desejo no adulto. De resto, torna-se fácil observar que em toda a *mística* ⁽¹⁾ existe uma sexualidade angustiosamente guardada.

Mas diz-se que nada há de novo sobre a terra, e com efeito esta revolucionária doutrina, — que propagada por Régis atraiu a atenção dos latinos e tem nos povos anglo-saxões tal número de cultores, que existem verdadeiras bibliotecas da especialidade, — era já na sua essência praticada pelos sacerdotes, desde os mais remotos tempos.

¿E não representará, de facto, a confissão, em que se tateia na consciência dos devotos a presença do complexo sexual, uma forma primitiva de psico-análise, embora executada nas condições da maior confiança? Porém, fôssemos nós, os médicos, psico-analisar senhoras, e não seria difícil resvalar no ridículo, dado o feitio do nosso meio, apodando-nos de intuitos antagónicos aos que havia em vista.

Fechando este capítulo, o que em resumo se apura é que a educação sexual reprimida ou deformada contribue em larga escala a predispor para a tuberculose e para a aquisição de síndromas nervosos, — e a confirmá-lo temos o que se observa nas clínicas da especialidade e o insuspeito testemunho das últimas estatísticas, que apontam uma mortalidade de 10 por cento, dos 15 aos 25 anos, em relação à mortalidade geral.

ASCENSÃO CONTREIRAS.

(1) V. g.: Santa Teresa-de-Jesus.

AMIGOS DA "ALMA NOVA"

ASSIM consideraremos todas as pessoas que por qualquer das formas seguintes desejarem cooperar no programa da nossa revista:

1.º — Assinando e recomendando a *Alma Nova* às pessoas das suas relações, e obtendo e pedindo a cada novo assinante que por sua vez consiga o maior número de assinaturas de pagamento garantido;

2.º — Concedendo ou angariando quaisquer subsídios para desenvolvimento geral do programa da *Alma Nova*, ou de qualquer das suas secções;

3.º — Anunciando ou fazendo anunciar na *Alma Nova*, invocando a larga distribuição da mesma por todo o país, ilhas e colónias, como garantia da utilidade comercial desses anúncios.

Novos «Amigos» inscritos:

(CONTINUAÇÃO)

51 — Adelino da Palma Carlos, Lisboa.

52 — Dr. Luis d'Oliveira Guimarães, Escritor, Lisboa.

53 — António Penha d'Almeida, Odemira.

54 — Dr. Mário Gonçalves Viana, Jornalista, Lisboa.

55 — Dr. Henrique de Vilhena, Prof. e Escritor, Lisboa.

56 — Luis Saavedra Machado, Aluno da Faculdade de Letras, Lisboa.

57 — Engenheiro Máriz Costa, Lisboa.

58 — Tenente Afonso do Paço, Lisboa.

59 — D. Maria Alexandrina Chaves, Professora e Artista, Lisboa.

60 — João José Gomes, Escritor e Artista, Lisboa.

61 — Capitão Raul Manso Preto, Lisboa.

62 — Dr. Teófilo Júnior, Professor e Escritor, Lisboa.

63 — Tenente Simeão Vitória, Prof. do Liceu de Angola.

64 — Dr. Emílio Salgueiro, jornalista, Lisboa.

E' condição indispensável a todo o bom "Amigo da ALMA NOVA" angariar pelo menos um novo "Amigo". Registaremos também com reconhecimento quaisquer subsídios ou donativos especiais a favor dum maior desenvolvimento da revista.

Todos os «Amigos» têm o desconto de 20 % nas suas assinaturas e 10 % nas demais obras editadas pela Empresa «Ressurgimento».

NOSSO POETA

A ALMA NOVA apresenta

hoje as suas mais efusi-

vas saudações ao talento

de verdadeiro poeta do

sr. Francisco Costa, ta-



FRANCISCO COSTA

lento tão vivamente alir-

mado no seu primeiro

livro—«Pó»—e nos dois

belos sonetos inéditos

que a seguir publicamos

CONTRASTE

A um busto de criança, por Teixeira Lopes.

*Sobre esta mesa simples e tranqüila,
onde eu apoio a minha pênha incerta
ergue-se um busto de criança esperta,
flor que a fouce do tempo não mutila.*

*Riem-lhe tanto os olhos sem pupila
e a linda boca apenas entre-aberta,
que eu julgo ouvir o som que se liberta,
vibrante e virginal, da rude argila...*

*E olhando o busto eu digo, pensativo:
«Que feições terá hoje o rosto vivo
que foi o teu modelo palpitante?»*

*Barro tu és, mas o teu rir não finda,
e ele, o teu pobre irmão, se existe ainda,
talvez soluce neste mesmo instante.»*

CRUZ ALTA

(SERRA DE SINTRA)

*Longe das ondas turvas da maldade,
sobre este cume, entre rochedos nus,
és bem o Extrêmo Apoio, onde Jesus
susteve os braços pela Humanidade.*

*Vai bem à tua simples majestade
este lugar que te foi dado, ó Cruz;
pois neste cimo é mais intensa a luz
e é mais intensa e bela a tempestade!*

*Feriu-te um dia o raio. E, certamente,
mais duma alma estranhou, irreverente,
que o céu vizasse o que une o céu à terra...*

*Mas eu sei bem que tu é que atraíste
a cólera do espaço; e assim cobriste
com dois pequenos braços tôda a serra!*

FRANCISCO COSTA.

INTIMIDADE

QUE cedo, Amiga, veio êste ano o outono!

*Do poente na luz mole, de âmbar loiro,
sonha lá fora o parque ao abandono...
Celou-se o mar. Murcham as rosas de oiro
na sêda azul-pavão do teu kimono...*

*Tomo-te as mãos. As pálpebras descidas,
sorris, deitada no 'fauteuil' imenso...
Morrem na alcova, em nêfulas delidas,
a luz da tarde, o aroma do teu lenço...*

(Do livro *Jardim Quieto*, em preparo).

*Beijo-as... Sorris ainda. E, abstractamente,
volves os olhos calmos para mim.
Sobe até nós, pela varanda em frente,
uma cantiga de água no jardim.*

*E as fôlhas tombam! Súbito, pra vê-las,
ergues-te a meio... Um resto de sol arde
nas vidraças abertas das janelas.
E pões-te à escola. Já não ris... A tarde
caiu de todo. Acendem-se as estrêlas.*

JOÃO DE LEBRE E LIMA.

ASCENSÃO

*C*REPITAM BEIJOS, DELIRANTES, VAGOS,
NA DOIDA ORQUESTRAÇÃO DO MEU DESEJO...
E QUANDO BEIJO OS TEUS CABELOS MAGOS
SINTO QUE BEIJO A ÂNSIA DOUTRO BEIJO...

AGORA CRESCE A RONDA DOS AFAGOS,
VAGOS E MAGOS—TRIUNFAL CORTEJO!...
E TEUS OLHOS-AURORAS SÃO DOIS LAGOS
ONDE SE ESPELHA O TEU AMOR, SEM PEJO!...

HÓSTIA DE CARNE, ALÇADA NOS MEUS BRAÇOS,
NUM RITUAL BIZARRO, EM QUE OS ABRAÇOS
SÃO PRECES RUIVAS DE MISSAL ANTIGO,

ERGO-TE ASSIM NUMA ASCENSÃO DE GLÓRIA,
E O NOSSO AMOR É GRITO DE VITÓRIA
NOS MEUS LÁBIOS FAMINTOS DE MENDIGO!...

ADELINO DA PALMA CARLOS.

NOTICIÁRIO:

A Alma Nova abre de hoje em diante as suas páginas a todos os poetas que queiram enviar-lhe as suas produções, publicando, no entanto, apenas as que pelos seus dotes o mereçam.

Aqui se dará também notícia de todas as obras poéticas recém-aparecidas, ou em via de aparecimento, e se conversará com o leitor sobre o valor de todas as obras literárias que por nosso intermédio desejem adquirir.

Nas consultas que careçam de resposta pelo correio, enviar a respectiva franquia.

FIGURAS DO MÊS:

DR. TEÓFILO BRAGA

VESTE hoje luto esta página. A figura de que nos vamos ocupar já não pertence ao número dos vivos. E' o dr. Joaquim Fernandes Teófilo Braga, — o Mestre Teófilo, como a mocidade lhe chamava.

Fazer o seu necrológio, não é bem da índole desta secção; contar a sua vida toda, também aqui se não comportaria. Ela era já não só bastante vasta — 81 anos quasi — mas bem cheia de pormenores capazes de entreterem um número inteiro ou mais da revista. Procuremos fixar apenas a sua acção de lutador incansável, de inextinguível polígrafo e de patriota benemérito, — pois que, na intransigência do seu egoísmo e na agreste incomunicabilidade do seu feitio, elle não deixou nunca de ser um activo servidor do seu país.

Poucos escriptores, como Teófilo, conseguiram jámais acumular um tão vasto cabedal de conhecimentos sobre uma literatura ou sobre uma época. Esta, a sua principal virtude. Parafraseando o que recentemente sobre a sua vida escreveu um dos seus últimos biógrafos, podemos, talvez, dizer que toda essa actividade espiritual foi elle mesmo, Teófilo, com todas as suas intransigências e insubmissões.

Ramalho Ortigão classificou-o de «a curiosidade rara que se chama — um homem» e apresenta-o como «o tipo mais perfeito de obreiro benomérito e cidadão útil». O seu labor literário, prodigiosíssimo, dá-lhe, na verdade, esse título.

Professor, como seu pai, não conquistou, todavia, pedagogicamente, fóros do grande mestre. Só uma única vez, conta-nos um seu antigo discípulo, reprovou um aluuo, e essa mesma porque sendo presidente do júri teve de dar o voto de desempate. As suas lições eram cruditas, mas sonolentas, monótonas.

Como político, foi nos tempos da propaganda um dos fundadores do «Grupo Republicano de Estudos Sociais» e, implantada a República, presidiu ao Go-



DR. TEÓFILO BRAGA

(Busto por Simões de Almeida Sobrinho).

vêrno Provisório e foi o primeiro Presidente eleito, cargo que tornou a ocupar depois do 14 de Maio, em 1915.

*

Teófilo Braga nasceu em 24 de Fevereiro de 1843, na cidade de Ponta-Delgada, da Ilha de San-Miguel (Açores) e ora filho de Joaquim Manuel Fernandes Braga, professor de Matemática e Filosofia no liceu da mesma cidade, e de D. Maria José da Câmara Albuquerque, descendente dos primeiros donatários da Ilha de Santa Maria.

O seu primeiro trabalho foi um volume de versos dos 15 anos, publicados com o título de «Folhas Verdes», continuando nesta fase poética, em que publicou várias obras em verso, de inegável valor, até ao ano de 1869, data em que começa a publicação dos seus estudos de História

e Literatura, dedicando-se depois do 1879, simultaneamente, às sciências filosóficas e sociológicas.

*

O Dr. Teófilo Braga, que fôra sempre um espírito *sui-generis*, vivia de há muito só. Tinha o que se pode chamar a volúpia do isolamento. Rodeado do suficiente para uma volúcio tranqüila, a sua vida ora quasi miserável. Na sua casa de Travessa de Santa Gertrudes (à Estrêla), nunca um sorriso feminino, há cerca de meio século, apontara à janela, e a sua porta raro se abria, também, mais que para deixar entrar e sair, a horas matemáticas, o seu pequeno vulto já bastante vergado.

Em 26 de Janeiro dissera a um amigo não haver sossegado seuão de madrugada; na manhã de 28, do dito mês, quando uma sobrinha que lhe ia levar todos os dias as parcas refeições entrou no quarto, encontrou-o morto, semi-vestido, sobre a cama. As investigações literárias tinham perdido um dos seus mais esforçados cabouqueiros.

*

O Governo consagrou funerais nacionais ao illustre extinto, dispensando-lhe todas as honras do chefe de Estado.

MATEUS MORENO.

NO PRÓXIMO NÚMERO: TEÓFILO ÍNTIMO, COM DOCUMENTOS INÉDITOS, POR REBELO DE BETTENCOURT

DR. FERREIRA DA SILVA

Sábio químico e Professor da Universidade do Porto

A morte tem-se revelado nestes últimos anos verdadeiramente implacável para com algumas das nossas figuras de maior relêvo intelectual. O sábio químico e professor da Universidade do Porto, Dr. Ferreira da Silva, falecido a 23 de Agosto do ano findo, em Oliveira-dc-Azeméis, sua terra natal, pode incluir-se nesse número. Apenas com a idade ainda relativamente viril de 70 anos, não se deve, na verdade, dizer que o tivesse vencido o pêso daqueles.

A Universidade do Porto perdeu com a sua morte um dos seus mais ilustres ornamentos e todo o norte do país um elemento valiosíssimo de difícil substituição.

Ferreira da Silva aliava, como professor, a uma grande tática científica e pedagógica um profundo e longo conhecimento prático dos assuntos que versava. Vivia para a ciência e nutria por ela um verdadeiro culto de iluminado.

A's investigações químicas dedicava desde há muitos anos o seu melhor carinho e inteligência. E' até possível que esta dedicação demasiada lhe tivesse arruinado a saúde e fizesse com que a morte se apressasse a levá-lo.

Não só na Universidade, mas ainda no Laboratório Municipal e no Conselho Médico-Legal do Porto, deixou o Dr. Ferreira da Silva um nome que jâmais se pode esquecer.

Por modo algum pretendo analisar a obra do falecido professor, que tive a honra de ter por mestre e amigo; é isso das atribuições das colectividades científicas; não quero, porém, deixar sem reparo o facto de, na capital do país, só em breves referências necrológicas, sem uma alusão sequer à sua obra, se haver assistido ao seu desaparecimento. Já D. António Pereira Forjaz igualmente fez salientar êste facto, e com S. Ex.^a preguntamos também se *é assim que Portugal quer animar os estudos de laboratório*. A *Juventude Católica*, informa aquele ilustre professor, *pensa em fazer, numa sessão adequada, a piedosa homenagem que tão distinta memória lhe sugere*, mas não é à referida colectividade, de facto, que compete a iniciativa a tomar duma mais importante consagração.

*

Vários trabalhos nos legou o Dr. Ferreira da Silva, sendo notáveis os seus livros de Química

e Análises, que todos os estudantes conhecem e que pelo seu aspecto sintético tão agradáveis se tornam à leitura.

Dos seus estudos especiais recordarei os que versam sobre a *acidez dos azeites; a higiene alimentar na Bélgica; vinhos portugueses; sulfoselenito de amónio como caracterização dos alcalóides; reconhecimento da cocaína; nomenclaturas químicas; tratamento dos vinhos do Porto*, etc.

Recordados devem ser ainda os trabalhos executados pela *Comissão técnica dos trabalhos químico-analíticos*, criada em 23 de Janeiro de 1904 e de que o sábio investigador fez parte, e o seu belo estudo de colaboração com o professor H. Pellet, sobre o *ácido salicílico*.

A obra do professor Ferreira da Silva, verdadeiramente grandiosa, foi não só bastante apreciada nos meios químicos estrangeiros, mas considerada como a obra de um grande mestre, classificando-o os franceses, sempre que se lhe referiam, de *Le grand savant portugais*.

*

O largo campo de acção e de experimentação das ciências químicas não tem conseguido captar entre nós tantos adeptos quantos seriam necessários. Há muito a estudar e a investigar nesse ramo, poucos sendo os que dêle têm querido saber. ¿Será isto também um dos motivos de tamanho silêncio ante a perda do ilustre sábio? E' possível. Como português e como admirador da obra utilíssima que nos legou, não posso deixar de me insurgir contra tão injusta quanto inadmissível ingratidão. Razoável seria até, que o município de Lisboa desse desde já o nome do sábio químico a uma das artérias da cidade; e às colectividades científicas dirijo também o meu alvitre: realizar no dia 23 de Agosto do corrente ano, data do 1.º aniversário da morte do venerando professor e homem de ciência, uma sessão solene em sua homenagem.

Bem hajam os seus conterrâneos, que à sua memória se propõem prestar uma verdadeira consagração de herói, perpetuando-o em mármore.

Lisboa, Fevereiro de 1924.

M. SILVA.

.....

NOS PRÓXIMOS NÚMEROS

COLABORAÇÃO DE AFONSO LOPES VIEIRA E DR. LEITE DE VASCONCELOS

TURISMO

COIMBRA

CENTRO DE TURISMO



DOUCAS cidades de Portugal apresentarão um conjunto que impressione tanto a seu favor o espírito do visitante, como Coimbra.

Situada numa região das mais belas, rodeada de paisagens verdadeiramente encantadoras, encerrando preciosas jóias pelo que diz respeito a monumentos, Coimbra constitui, sem dúvida, um dos centros a que devem dedicar as maiores atenções, todos os que se interessam pelo desenvolvimento do turismo em Portugal.

A casaria da cidade disposta em anfiteatro, tendo por coroa real o majestoso edificio da mais antiga das nossas Universidades, vê correr a seus pés, como vassalo prestando homenagem a seu senhor, esse belo Mondego cujas águas reflectem maravilhosamente toda a poesia das suas margens.

Com uma Universidade cuja fama data da sua fundação e se tem prolongado através dos tempos; com monumentos como a Igreja de Santa Cruz, onde repousam os dois primeiros reis de Portugal, e onde se admira o famoso púlpito, considerado como «uma das mais ricas preciosidades artísticas do nosso país»; a Sé Velha, que com as suas ameias faz lembrar uma fortaleza antiga, e a majestosa Biblioteca da Universidade, para não falar senão dos que mais nos prendem a atenção; com ricos museus, e com os seus jardins encantadores, Coimbra merece bem a visita de todos aqueles que ainda a não conhecem.

Coimbra,
10 de Janeiro de 1924.

Dos seus arredores, difícil é decidirmo-nos a proclamar um mais belo que os outros, pois todos eles se nos apresentam de forma a tornar quasi impossível o descobrir-se solução para esse problema, tal a inolvidável impressão que todos eles produzem no nosso espírito. Desde o Penedo da Meditação, aos Olivais, ao Penedo da Saúde, à Lapa dos Esteios, à Quinta das Lágrimas, ao Choupal e à paisagem que se desfruta do alto da Conchada, para mencionar apenas alguns dos que mais de perto emolduram a cidade, que aspectos tão ricos de beleza, de vida e de encantos nos não oferece a Natureza, que tão pródiga se mostra para Coimbra, como querendo deixar bem assente que ela era uma das suas filhas predilectas!

Sendo a terra da lenda, nenhuma tem Coimbra tão bela na sua encantadora simplicidade, como a das rosas de Santa Isabel, a sua santa protectora, cujo túmulo se encontra no convento de Santa Clara, no ponto de onde se desfruta a mais linda vista panorâmica da cidade.

Enfim, para terminar, Coimbra tem também um ditado que resume bem toda a sua beleza e todo o seu encanto, ditado que mentalmente vamos recordando à medida que a vamos visitando:

Quem não viu Coimbra,
Não viu coisa linda.

A. DE PÁDUA.



O SENHOR DA SERRA DE SEMIDE

QUANDO se fala de turismo na região de Coimbra cita-se simplesmente o Bussaco, Penacova e às vezes, um pouco por favor, a Louzã.

São estes, é certo, os pontos mais visitados e que, por este motivo, já oferecem umas certas facilidades e comodidades aos turistas. Mas, quem conhecer a região não pode deixar de considerar semelhante turismo senão como uma fase embrionária do que ele terá de ser mais tarde.

Em volta de Coimbra há aspectos de Natureza variadíssimos, que participam não só do tipo teirão e litoral, como lembram recantos minhotos ou ribatejanos.

Ao erudito e ao artista não faltam também motivos que o seduzam e atraiam. — Panoramas vastos e soberbos ou paisagens delicadas e simples, recreiam a vista. — Os castelos de Penela, de Montemor, de Pombal, da Louzã, o castro romano de Condeixa-a-Velha e os conventos em ruínas de Semide, Lorrão e de San-Marcos, são monumentos notáveis que merecem ser visitados, quanto mais não seja, para se envolverem em amor e protegê-los contra o desleixo e vandalismo de que estão sendo vítimas.

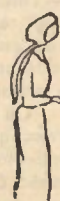
O simples dileitante ou amator de belos sítios encontra por aqui não só serranias alterosas (Serra da Louzã com 1:200^m), como elevações médias facilmente acessíveis, que escondem nas suas dobras os mais variados e graciosos aspectos.

A vegetação veste ainda sofrivelmente a terra; e o Mondego, com os seus afluentes espreguiçando-se por toda a vasta bacia hidrográfica do maior rio português, distribuem encanto, poesia e pitoresco por entre as terras que fertilizam e povoações que banham.

As indústrias populares, como a das tecedeiras de Almalaguês ou Castel-Viegas e as olarias de Miranda do Corvo são curiosíssimas e precisam ser acarinhadas e animadas, sem que percam o seu cunho local. Nas suas relações com o turismo dariam e receberiam elementos de mútuo proveito.

Por outro lado as populações são, no geral, notavelmente hospitaleiras, alegres e sociáveis, e falam a língua mais bem timbrada e correcta do país.

Merece, pois, de todos os pontos de vista, ser mais visitada e conhecida e portanto apreciada esta região.



Um dos lugares mais notáveis do distrito, como natureza, e muito próprio para excursões — e talvez no futuro uma esplêndida estação sanatorial — é sem dúvida a aldeia do Senhor da Serra de Semide.

Situada a duas léguas para sudoeste de Coimbra, ergue-se no cume dum monte de regular altitude, tendo ao centro o seu santuário com um elevado campanário desenhando no horizonte uma silhueta interessante e inconfundível que se vê de todos os lados a algumas léguas de distância.

A povoação é pequena e pobre, e deve a sua existência unicamente ao santuário que lhe dá hoje o nome e a celebridade. Há cerca de dois séculos uma simples capelinha com uma imagem milagrosa começou a atrair romeiros, que aumentando de ano para ano determinaram não só a povoação como a grandiosa romaria que todos os anos ali se faz durante 15 dias de Agosto e onde se reúnem milhares de pessoas vindas das mais longínquas aldeias dos distritos de Leiria, Coimbra e Aveiro.

O Senhor da Serra tem, nas bases do monte em que assenta, nada menos que três estações de caminho-de-ferro (Ceira, Trêmoa e Miranda) e, no entanto, o acesso à povoação é relativamente difícil, a não ser a pé ou a cavalo.

Os romeiros que lá vão são pouco exigentes e tomam talvez o sacrifício da ascensão à conta da promessa que vão cumprir; mas, para a extensão do verdadeiro turismo a estas paragens é, primeiro que tudo, necessária uma boa estrada. — O resto, logicamente, viria depois.

! É que bela e pitoresca não seria essa estrada por qualquer lado que se tentasse!

A medida que fôsse serpenteando e subindo, novos e variados horizontes se apresentariam cada vez mais vastos e cheios de interesse.

Quási só com os próprios recursos do Santuário, que não tem encargo algum real, se poderia construir a estrada, pois que recolhendo dos romeiros anualmente dezenas de contos, em poucos anos bem podia levar a cabo uma tal obra.

A altitude do Senhor da Serra (400^m acima do mar) pode considerar-se uma altitude média para efeitos médicos. A povoação, bem ventilada e admiravelmente exposta aos raios solares, com óptimas encostas próximas para abrigo e para futuras construções, cercada de extensos pinheirais por todos os lados e além disso próxima, como está, dum centro como hoje é Coimbra, está excepcionalmente disposta para ser mais tarde ou mais cedo uma estação de cura e repouso, a-par dum belo motivo tanto para um passeio rápido como para uma permanência de algum tempo.

Do Senhor da Serra, a dez léguas da costa, percebe-se distintamente a linha das águas e com um bom binóculo vêem-se os vapores no Oceano. Desfrutam-se já dali alguns espectáculos grandiosos da natureza. — O nascer e o pôr-do-sol são por vezes admiráveis em grandza e pitoresco. — As névoas nos vales e planícies, deixando emergir aqui e ali as alturas a modo de ilhas e penínsulas ou, até, o desenvolver duma tempestade de Maio, são imponentes novidades para o habitante da planície ou da cidade.

O reverso da medalha, porém, é que ali sucede — como por todo o país, em matéria de turismo: — Falta tudo quanto possa facilitar o verdadeiro turismo.

Além de muitas faltas materiais, como a da estrada, que já apontámos, não se vê um grande interesse em encaminhar e fomentar este turismo por parte de quem ele mais deveria interessar: — Os habitantes e os amigos, já hoje numerosos, desta estância.

Falta tudo: — Quási não há água, por desleixo e defeituosa captação; faltam casas habitáveis ou a mais rudimentar hospedaria: — Faltam, afora o bom ar, todos os benefícios de aldeia, como sejam: as boas frutas e hortaliças, ovos, leite e até o pão, que se não coze na localidade, etc. — É isto, a-pesar-dos arredores serem bastante povoados, férteis e abundantes.

Os géneros alimentícios e de consumo diário, como que se rarefazem em volta do estranho que tenta fixar-se ali temporariamente; e a principal razão é a imprevidência e ganância dos habitantes, que preferem continuar a ir vender tudo aos seus antigos frêgueses da cidade a facultá-los, em casa, aos seus hóspedes.

Para os da terra, a romaria é tudo; desde séculos que se habituaram a viver todo o ano sossegados à custa do que os romeiros lá deixaram, com vontade ou sem ela, em Agosto. Custa-lhes mudar de hábitos e abandonar o sistema, que acham cómodo... Quem venha fora dessa função, como os naturais chamam à romaria, é para

eles bem um intruso, um importuno que quási afastam sistematicamente, explorando-o e dificultando-lhe a permanência.

Ora aqui está o que se faz para facilitar o turismo por esse país fora!

É o conjunto destes pequeninos nada que entrava tudo, que obsta a que o turismo se generalize e o país seja não só conhecido e visitado, mas que para os seus pontos mais belos se estabeleça a corrente necessária, que permita obras dispendiosas e mantenha uma certa actividade económica com estabilidade.

É preciso descermos à prática, atendermos a estas coisas, pois entre nós o turismo é ainda tratado quási sempre duma maneira vaga pelos próprios propagandistas.

Cada um modela o ideal turístico pelos seus gostos, apetites e fantasia; e, como quási todos padecemos de megalomania nos projectos, queremos ver, de repente, estabelecida uma corrente de visitantes para qualquer sítio, e surgirem do nada, não só grandes e luxuosos hotéis com todos os atractivos que há pelo estrangeiro e pelas estâncias já consagradas.

Não nos lembramos que semelhantes factos só podem ser resultado do tempo e duma paciente e bem coordenada convergência de esforços.

É preciso principiar com segurança, modestamente e pouco a pouco, educando o meio.

Antes de conseguirmos o grande turismo, com grandes hotéis e uma corrente de estrangeiros endinheirados, temos de praticar no pequeno turismo, um turismo de nós todos, ao pé da nossa casa; temos de criar em todas as classes sociais os hábitos, os prazeres e a necessidade de viajar; temos de saber ser hóspedes e hospedeiros, e armarmos a casa para que possa ser visitada e atraente para amigos e estranhos. Precisamos restaurar e modernizar essa velha cortesia e hospitalidade tradicional portuguesa, ainda não prostituída pelo moderno mercantilismo.

É necessário preparar acomodações locais, facilitar comunicações, educar as populações para saberem receber e atrair, multiplicar os grupos excursionistas, desenvolver o desporto alpinista e pedestre entre os novos, e despertar nêles o gosto pelo *camping* e por um esotismo prático e simples; ressuscitar ou pelo menos reabilitar certas indústrias caseiras, úteis e interessantíssimas. — E, acima de tudo, é necessário impor pelas aldeias, que não primem geralmente pela observância dos preceitos da hygiene, o acoio e uma arruinação que não tornem repugnante o contacto de qualquer estranho limpo com a vida local.

Este conjunto de medidas tem, é claro, de ser secundado e amparado por uma propaganda indirecta, mas intensiva, por parte das elites, das autoridades e da Escola.

O turismo não deve, a meu ver, ser encarado como alguns querem, unicamente sob o ponto-de-vista económico. Ele tem também uma importante função educativa e social a desempenhar.

A sua generalização por todas as classes, desenvolvimento do gosto pelo deslocamento, pelo contacto com a Natureza e com a vida simples da aldeia, a observação sentida dum monumento ou sítio notável, histórico ou particularmente belo, tudo educa, a velhos e novos; tudo concorre para se apreciar e amar verdadeiramente a Pátria.

É ligando intimamente os sentidos à terra pelas diferentes etapas da vida que o *sentido*, a *alma* daquela fica argamassada com a evolução do nosso ser, do nosso espirito. — O turismo dando um conhecimento directo e sentido da terra portuguesa aos portugueses e envolvendo-a sempre em recordações saúdosas ou alegres, fará obra bem mais patriótica e durável que todas as tiradas declamatórias dos oradores, dos livros ou dos jornalistas, em que didáctica- ou românticamente se pretende fazer vibrar a corda do patriotismo.

Urge, pois, cuidar do turismo com carinho, fazê-lo desde o início enveredar pelo bom caminho, desfazendo as arestas e asperezas que o entravam e alimentá-lo depois com lógica e amor, a bem do futuro e de todos nós.

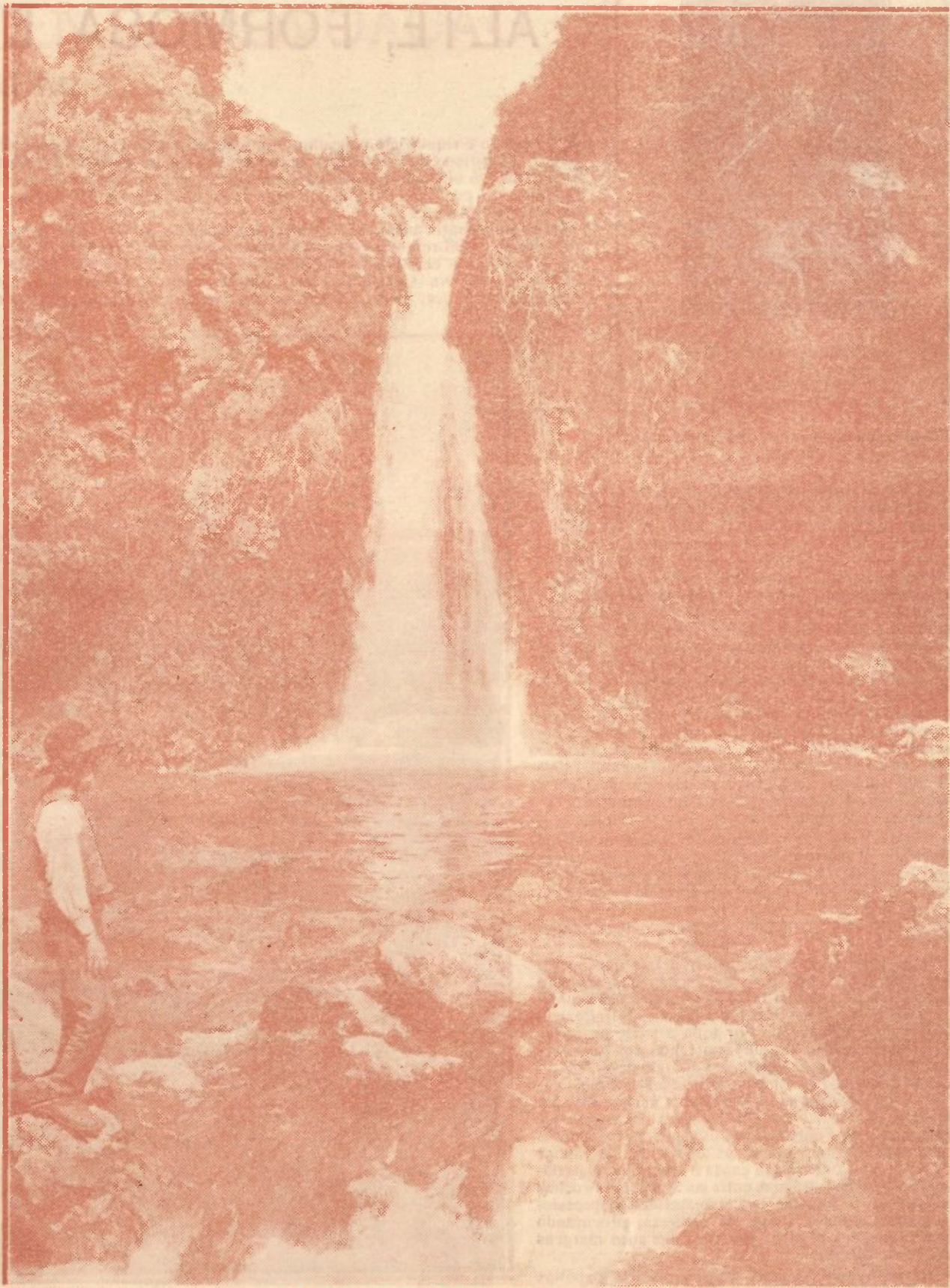
Coimbra, Janeiro de 1924.

ÁLVARO V. LEMOS.

(* Croquis do autor, Nuno Cruz e S. Machado).



O ALGARVE PITORESCO



ALTE — «Queda do Vigário»

O ALGARVE PITORESCO

ALTE, FORMOSA E FLORESCENTE POVOAÇÃO

DA BEIRA-SERRA ALGARVIA



José Francisco da Graça Mira

Director do quinzenário
local «Folha de Alte»

Conheci Alte em 1909-1910.

A Câmara louletana fixava a residência de todos os seus clínicos na sede do concelho e, num arremido burlesco de assistência, impunha-lhes uma visita quinzenal à sede das freguesias, com exclusão do longínquo e sempre esquecido Ameixial e da vizinha mas desprezada Querença, cujos habitantes eram abandonados à ignorância alvar e criminosa dos curandeiros, às aviltantes práticas das benzedadeiras e ao conselho dos *espíritos* que, de além-túmulo, lalavam pela boca de alguma encanhotada espertalhona, boa conhecedora dos seus conterrâneos.

Era de poucos dias a minha nomeação de médico camarário, com a obrigação de visitar Alte, quando ali fui pela primeira vez, pela mão amiga e devotada de Cândido Guerreiro, que quis a todo o transe fazer-me as honras da sua querida aldeia natal. Voltei depois muitas vezes, mais do que aquelas que por dever tinha, e durante elas vi Alte e aprendi a conhecer os seus habitantes.

Comecei por ver Alte como turista e fiquei um admirador fervoroso desse lindo recanto das terras louletanas, de um género pictural tão diferente de Querença e de Salir, duas outras jóias da beira-serra.

Era no inverno e na primavera que encontrava mais encantos na paisagem: Inverno-poema da água. Primavera-poesia da flor serrenha.

Nas acalmias das chuvas torrenciais que no inverno charruam fundamente as chapadas, quando uma réstea de sol tem reflexos irisantes nas gotículas pendentes das oliveiras, um encanto intraduzível se eleva da paisagem. Por toda a parte as águas perturbam a calma silente: no fundo dos vales estorcem-se raivosas na ânsia de voltarem depressa ao seio da água-mãe oceânica; pelos córregos mais humildes, que descem dos alcantis dos cerros, entoam melodiosamente trechos das *canções dos moinhos e das fontes*; na Fonte Grande os repuchos cristalinos e pujantes murmurejam as saudades das entranhas da terra; na Ponte nunca causa o admirável espectáculo da luta sem tréguas entre as águas e as rochas basálticas; o Vigário tem a majestade impressionante das grandes forças da natureza, procurando arrastar para o pego as penedias das suas margens ao cair do alcantil.

Na primavera os valcs alapetam-se de papoilas e de mal-me-queres e, de cêrro em cêrro, surge o esteval em flor, como se as fadas encantadas, depois de cobrirem com o seu manto benfazejo as copas das

No vasto e riquíssimo concelho da populosa vila de Loulé, a aldeia de Alte — bando curioso de pombinhas brancas poisadas na encosta da serra algarvia — é não só uma das povoações sertanejas do sul, hoje, talvez, mais prósperas, tanto comercial- como industrialmente, mas ainda uma das regiões do Algarve mais belas em aspectos pitorescos.

Do quinzenário local, inteligentemente dirigido pelo sr. José Francisco da Graça Mira, vamos aqui reproduzir dois encantadores trechos da referida região, emoldurados por algumas emotivas e criteriosas impressões dos também nossos ilustres colaboradores srs. Drs. Geraldino Brites, antigo médico da comarca de Loulé, e Pedro Mascarenhas Júdice, ilustre Engenheiro-Agrônomo e abastado proprietário de Silves:

amendoeiras do barrocal no fim do inverno, o estendessem depois pelos estevais ao sopro da primavera, maravilhosa cobertura da terra, onde se escondem da luz do dia, para reaparecerem mais diáfanas nas noites luarentas dos infindáveis e majestosos silêncios da serra.

São impressões que só connosco morrerão: o grande amendoeiral em flor; o tapele sem fim do esteval florido; o percurso em plena serra em noite de luar.

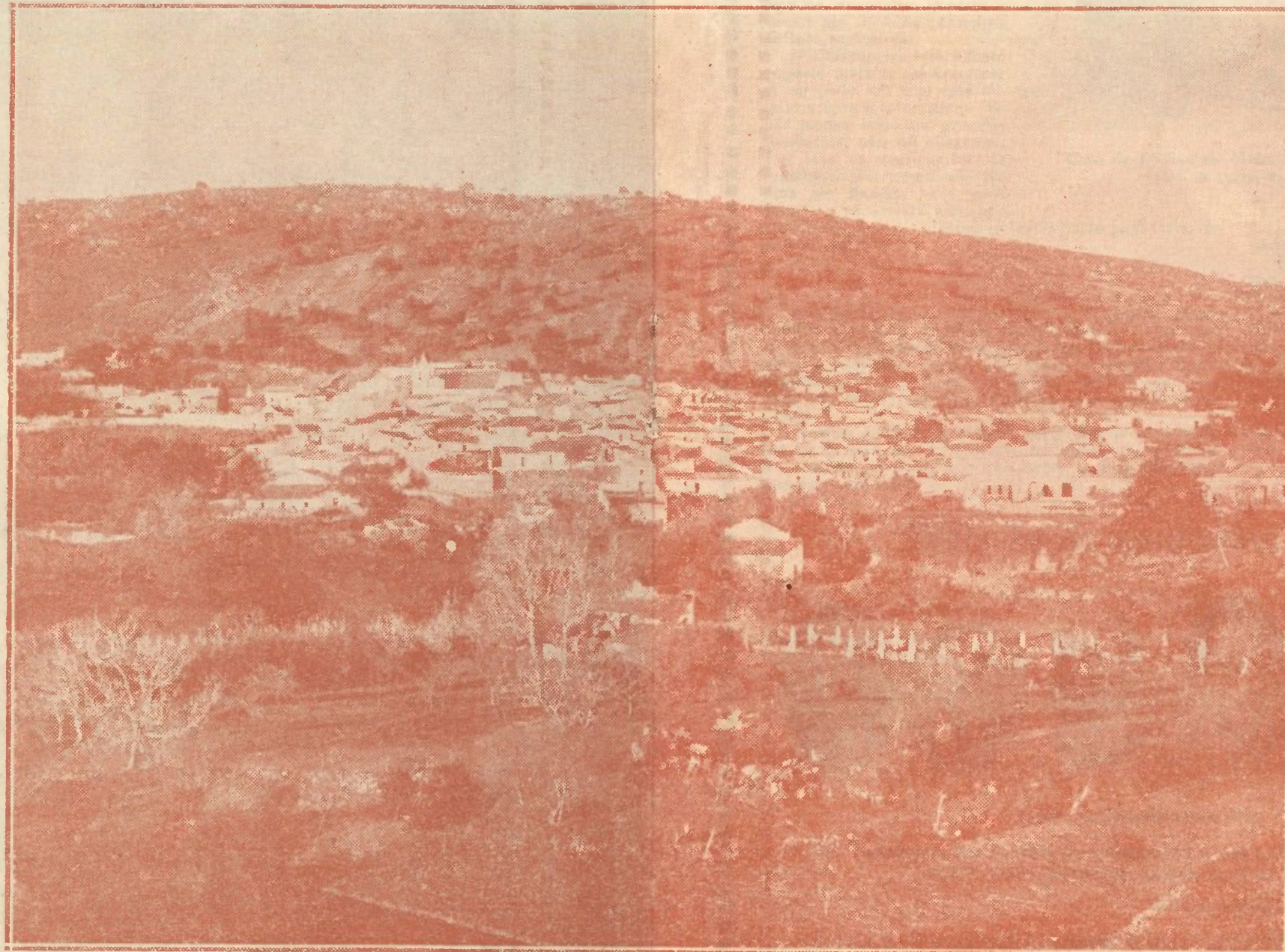
Depois comecei também a ver Alte como médico. Quero calar aqui as minhas impressões de higienista, para dizer só das possibilidades futuras.

Muitas vezes acostumado já aos baldões de uma estrada que em muitos pontos só de tal tinha o nome, de regresso a Loulé, eu sonhei Alte no futuro. Via construída



Dr. Cândido Guerreiro

Um dos nossos maiores sonetistas contemporâneos, natural de Alte



ALTE — Vista Geral

a estrada Alte-Messines, enlão uma aspiração, hoje uma realidade, e uma outra Alte-Salir-Querença-Baranco do Velho, atravessando a grande zona hiberna algarvia, toda arborizada, abrigando nas encostas protegidas do N. e do L., os sanatórios, as pequenas casas para o tratamento da tuberculose em família. Por essa importantíssima via circulavam os confortáveis automóveis de transporte de doentes, conduzidos até Messines nas *cabines* construídas para esse fim e atreladas a comboios rápidos; os automóveis de uma população eventual, grande e rica; os *camions* de abastecimento, partidos de Alte, o grande interposto comercial de toda esta zona. Uma grande parte da população fixa trabalhava para o conforto, para o bem estar, para o aprovisionamento dos doentes e de suas famílias, recebendo em troca caudais de ouro que empregava no desenvolvimento da higiene local; na indústria hoteleira de turismo; na educação de pessoal adestrado para tratar os frequentadores de estâncias desta natureza, sempre de grandes exigências; na propaganda da sua região; no embelezamento e exploração das suas riquezas de paisagem. A riqueza era geral e todos bendiziam o esforço realizado.

¿Sonho de um visionário? Não. Era e é realizável. Basta cada um querer possuir-se de um *querer* enérgico, consciente, audaz e ter fé absoluta no êxito. É preciso preparar esse *querer*, convencer todos de que é preciso trabalhar em benefício da sua terra natal, que é também em benefício próprio e a bem da nossa pátria.

GERALDINO BRITES.

A aldeia de Alte é em muitos aspectos o Algarve em miniatura, um Algarve em síntese.

É um admirável ponto de turismo. É também uma estação de cura. Toda a região serrana algarvia que se estende de lesle a oeste está nestas condições.

Não se ouve ali o marulhar das ondas, que canta as angústias deste mar que abraça amoravelmente a cosla algarvia, toda ela ridente e pitoresca; mas em compensação lá possui a *Queda do Vigário*, despenhando-se de grande altura e que convenientemente aproveitada podia ser produtora de muita energia eléctrica, fonte de absoluta riqueza.

PEDRO M. JÚDICE.

A VOZ DAS PROVÍNCIAS:

O ALGARVE

E A SUA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA



FALA O ILUSTRE ENGENHEIRO-AGRÓNOMO
: E OPULENTO PROPRIETÁRIO ALGARVIO :
:: SR. COMENDADOR J. FERREIRA NETO ::

MEU Ex.^{mo} Am.^o: Recebi a sua prezada carta. Pouco lhe posso dizer acerca da autonomia administrativa do Algarve. A utilidade que daí adviria seria quasi destruída pela elevação de impostos de toda a ordem, que não deixam margem a que uma administração local se possa desenvolver por falta de recursos.

Se a autonomia fôsse também financeira, como na Suíça, uma confederação enfim, o Algarve tinha condições de vida própria como nenhuma das nossas antigas províncias. Falta-lhe o trigo, mas tinha dinheiro para o comprar, além de que, ainda se pode obter do solo

algarvio muito deste cereal. Não havia cantinho do mundo mais feliz do que o *nosso Algarve*, como lhe chamava o insigne poeta, advogado e orador João Lúcio. Mas, perguntará alguém, e a dívida? Mas se nós não a fizemos! E é a verdade! Todavia a parte que nos coubesse dela, poderíamos, talvez, pagá-la com praso, como vai sendo concedido aos alemães.

O Algarve tem sido sempre desprezado pelos poderes públicos, mas de há alguns anos para cá, sobe de ponto esse desprezo; não é elle que tem concorrido para o louco desvario do aumento de despesas, que nos tem arruinado. Lisboa tem absorvido as riquezas

do país e todas as províncias têm dado mais do que têm recebido, mas o Algarve tem concorrido com mais do que outra qualquer.

*
* *

As culturas basilares desta província são a amendoeira, a figueira e a alfarrobeira. A amendoeira não produz bem dois anos a seguir. Já o Dr. Savastano diz que essa circunstância tem sido impeditiva do desenvolvimento desta cultura na Itália e na Sicília.

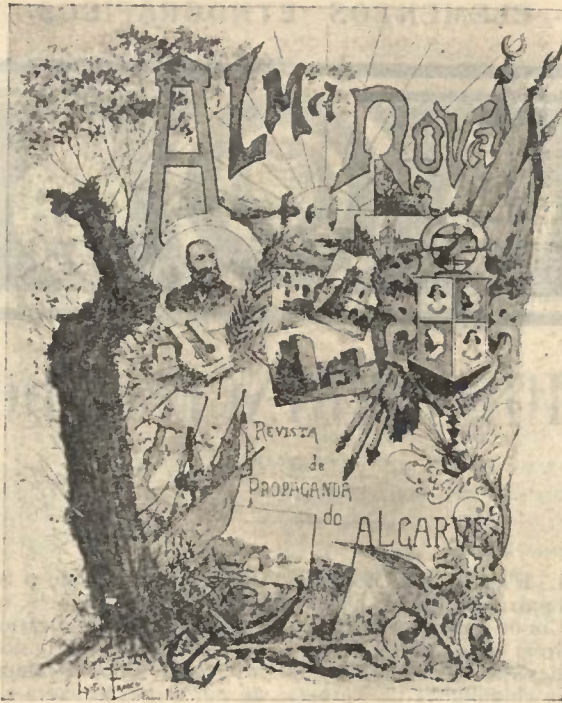
A figueira, que das três árvores é a mais certa, está sujeita às chuvas quando começam cedo, e então ponco fgo se aproveita quando a seca é má, além de que é uma cultura caríssima.

A alfarrobeira tem o fruto exposto mais de um ano e por aí se pode ver que está sujeito a toda a intempérie. Se há geadas cedo ou grandes temporais, não há alfarroba. Por isso os coeficientes de multiplicação, como não podem ser fixados para cada árvore e para cada ano, não podem ser justos. Como se há-de então pagar quando se não colher?

* *

O Algarve de há vinte anos para cá tem-se desenvolvido muito, à custa de muito trabalho. Tem concorrido grandemente para que o nosso descalabro financeiro não seja maior, para que o nosso país seja o primeiro exportador de conservas, além de que tem dado um exemplo de ordem pública e de sossêgo completos.

As suas pescas são as mais perfeitas, as suas fábricas de preparação de peixe as melhores que existem. As escolas de pesca em que agora se fala, têm algo que aprender aqui.



Capa da 1.ª fase da "Alma Nova" (1.ª série)
(Des. de Lyster Franco)

O Estado já tira do Algarve uma continha calada e todo o movimento que para aí se vê só tem sido auxiliado com impostos; mas para se obter qualquer melhoramento, *hoc opus hic labor est!* Felizmente nos parece que o Governo envereda por outro caminho que não é propriamente o do imposto.

* *

O imposto e seu aumento nem sempre deu no nosso país melhoria de câmbios; ao contrário, dificuldade de produção, carestia de vida, câmbio elevado. *Actualização*. — de acordo, mas com cuidado, por que os factores da produção agrícola estão fora de proporção com o rendimento: trabalhadores 50 vezes o custo antigo; geiras quasi 100 vezes; os adubos 70 vezes e o preço do trigo 15 vezes; renda da terra 8 vezes; amêndoa 17 vezes; alfarroba 15, etc. O cadastro geométrico em que agora se fala, oxalá não passe de moda, como sucedeu em França, que o não têm actualizado.

¿ Mas então, dir-se-há, o que é que você aconselha para que o câmbio melhore?

Facilite-se por todas as formas a exportação, fomenta-se a produção do trigo, procure-se o aumento de toda a produção agrícola, porque toda ela é sucedânea do trigo — ou o substitui ou dá dinheiro para o comprar —, trate-se de obter da França a entrada dos nossos vinhos, contratem-se três financeiros americanos — e se trouxessem um empréstimozinho em ouro, era ótimo remédio para o estado agudo em que as nossas finanças se acham.

Não se pode dizer, porém, que o actual Governo não tenha os melhores desejos de acertar, nem que o assunto seja fácil.

J. FERREIRA NETO.

Comissão de melhoramentos do Algarve



Alguns representantes das forças vivas de Faro

Srs. Francisco G. Barros, Francisco Viegas Louro, João Alexandre da Fonseca, Dr. Constantino Cymano, José T. d'Almeida Júnior, António da Costa Ascensão e Manuel José Sancho

A «ALMA NOVA» vai promover o mais completo estudo de todas as regiões do país. Nos próximos números: SILVES, por Pedro M. Júdice; S. B. DE MESSINES, por Maurício Monteiro; SANTA MARIA DE FAAROM, por Justino de Bivar Weinholtz.

ELEMENTOS ETNOGRÁFICOS



A SENHORA PRINCESA DO OURO

Por LUÍS CHAVES

A mulher portuguesa, vêde aí. É uma bela *Madame la Princesse de l'Or*. Tem a paixão do ouro. Deleita-se no ouro. Não há terra onde assim os ourives medrem e as mulheres se endoírem em trinados de oirama galante. Pode ter os pés descalços, deixando em casa, p'ra se não estragarem, as chinelinhas de verniz pespontadas ou os sapatos de dar à moda nas mais sabidas, mas não deixará de ter o que M.^{me} Rattazzi notou em uma dos arredores do Porto «o que nós chamamos um porte de rainha».

Então, coberta de cadeias, grilhões, um correr de ouro, que vai do regato dos fios delicados às torrentes dos cordões de muitas voltas, que enquadram os seios em labirinto de tentações. Sobre aquela mansidão pascal, vagalha brutalmente a catadupa dos grilhões, que atingem por vezes grossuras inverosímeis. Das orelhas, como sinetas a bambolear em tilintações festivas, caem os brincos «à Rainha», os «cabaços», as «siganas», tremem e delindam as argolas amiude avantajadas como regueifas, pesadas, ao pé das outras, como sinos de festa e de voz grossa.

A mulher, com traje de ouro, é um andor da Senhora da Presunção. O andor vai coberto de cascatas de ouro, que pesam, que bambam, que dardejam, que scintilam, que chamam olhares, amores e cobiça aos outros e nos provocam admiração e ajoelhar a nós-outros, que rezamos em português.

Os estrangeiros admiram-se. A Rattazzi extasiou! Que eram as nossas mulheres do Norte «mais carregadas de colares, anéis e cadeias de ouro do que o relicário de um santo», — disse ela. E não viu nada.

Os ourives de Braga foram afamados. Os fabricantes da filigrana de Gondomar são-no e sê-lo-hão, transmitindo uns aos outros, numa sucessão profissional à antiga, os processos e o gosto de transformar, como pequenos Moisés com a varinha mágica, um matação de prata ou ouro em belos e fluidos fiozinhos, enormes; lua ou sol a brilhar nêles, imponderáveis e inacreditáveis. Entrançam-se depois os fios, formam joias preciosas, brincos, flores, pendentes de toda a ordem, entre os quais avulta em tamanhos fenomenais o coração.

M.^{me} la Princesse de l'Or tem como emblema heráldico o temível e apetecível coração. E aí está porque ela

traz na altura, onde o Senhor Bispo tem a cruz peitoral, luz do seu sacerdócio, o coração de filigrana, lantejoulado de pedrarias, relicário do seu amor.

As jóias passam a dons de família. Nos doze casamentos felizes, Camilo refere-se a uma... «o último coração de ouro, que trouxera a noiva, o qual já fôra de sua mãe a senhora Felícia do Quinchoso, rica lavradeira de Santo Tirso».

Em verdade, a riqueza do ouro é o velho Entre-Douro-e-Minho. São de aí as lavradeiras carregadas de ouro. É aí o centro da filigrana, esse Gondomar de perfil medieval na sua indústria de opulências. É em Paredes de Coura que se realiza a romaria do Senhor do Amparo; atrás do andor vão as oiradas, que são as mordomas cobertas de ouro, um que é seu, outro emprestado.

Essa província é símbolo na história e na etnografia, e naquela porque o foi nesta. A mulher aí é o melhor luxo, que o Português pode mostrar. O Entre-Douro-e-Minho é o mostrador de arte, no museu do trage nacional, mais garrido, mais esbelto, mais variado. É nos campos miudinhos, muito verdes, como presépios, que vive a Senhora Princesa do Ouro, *Madame la Princesse de l'Or*. Que melhor cenário?

Não se diga ou julgue, porém, que só aí há a loucura do ouro. Vai diminuindo em graça o que aumenta em ostentação pesada. E na Beira marítima o ouro pesa; e nas feiras de Leiria o ouro espalha-se nos corpetes lisos de veludilho rubro, que lembra colorações de Nuno Gonçalves e dos quadros do altar-mór da Sé de Évora; em Lisboa, as varinas trazem o ouro com luxarias de mostrador de ourives da Rua da Prata. A planície e a costa são mais alegres, mais ricas, ouram mais.

As feiras são graduador e prova, com as inumeráveis barracas de ouro, e a *Princesa do Ouro* lá caminha, vagueia, vê, cobiça e compra. Enfeita-se. Diga-se, como no *rimance*, a fala de D. Varão:

Convidai-o vós, meu filho,
Para à feira ir enfeitar.
Que se éle lór mulher,
A's filas se há-de agarrar.

Nanja às fitas *Madame la Princesse de l'Or*, a Senhora Princesa do Ouro, mas às jóias, às belas, preciosas e autênticas jóias de Portugal.

LUÍS CHAVES.



: : : : BREVEMENTE : : : :

deve a "Alma Nova" incluir uma série de crónicas sobre a Argentina, subscritas por Z. M. Bellencourt Ferreira, dislino funcionário do Ministério dos Estrangeiros, que na gerência do Consulado português de Porto-Alegre e como nosso Encarregado : : de Negócios em Buenos-Aires nullo se tem afirmado : :

A MULHER PORTUGUESA (1)

IV

A MULHER DO MINHO

Por CLÁUDIO BASTO

(Ils. de Couto Viana)



Guiando os bois

A denominação provincial de «Minho» não corresponde, em boa verdade, a uma região distintamente definida, diferenciada, — nem a ideia vulgar a respeito dêste Minho corresponde com exactidão à realidade.

Em regra, associa-se a *Minho* a ideia de campos, milharais, cortados ou emmoldurados de videiras, e ao longe manchas de pinhais que alastram pela ondulação dos montes.

O Minho, porém, não oferece um aspecto uniforme. Quem o quiser conhecer, ter dêle uma rigorosa noção de conjunto, dever-lhe há percorrer as margens dos rios, a beira-mar e as montanhas. Verá como a província é de aspecto vário, de vário pinturesco. Verá o contraste entre as margens harmoniosas, luminosas, de um Lima sereníssimo, e as margens ásperas de um Coura, a saltar por meio de alcantis, espécie de Corgo que vai, não rugindo espumas — é certo —, mas gargalhando, contente do verdume que lhe adorna e adoça as asperezas do vale... Verá a estrada de Viana até Caminha, a correr perto do mar, numa veiga plana, fértil até à babugem das ondas, — e a estrada corcovada que de Monção leva aos Arcos-de-Valdevez, aberta nailharga de um vale fundo, majestoso, amparado por montanhas íngremes, mas em que os barrancos são emplumados de vegetação e em que os próprios penedos, enormes, de formas curiosas, parece havê-los pôsto por ali a natureza num poético jeito de arte... Verá as paisagens das serranias: lugares ermos, lugares povoados, terras de cultivo... Verá, enfim, espectáculos diferentes, bravezas e jardins, — mas por tôda a parte dominará a côr verde, em tons inúmeros, desde o verde tam

verde dos linhares até ao verde-amarelo das vinhas e ao verde-negro dos pinheiros...

O verde — o riso da terra — é a característica, para assim dizer, da região minhota, — porque sempre a linda côr, em mil gradações, nos altos e nos baixos, por montes e vales, surge como promessa de alegria e fertilidade.

Olhando, porém, para fora dos limites políticos do Minho, alongando a vista por terras durienses, terras irmãs se divisam, — dando razão aos que, noutros tempos, as casavam a tôdas num lógico Entre-Douro-e-Minho, a Região Verde de Portugal! (Sem falar, claro é, nas terras de além do Rio Minho, — por onde a nossa província afigura prolongar-se...)

A ideia vulgar a respeito do «Minho» não corresponde, pois, com rigor à verdade, — nem tal denominação corresponde, por maneira alguma, a uma região nitidamente diferenciada.

Abstraiamos, no entanto, do artifício dos limites minhotos, — pois que esta província é, no território interamnense, a porção de terra predominante e que afinal o caracteriza.

*

Assim como não há *um* Minho de aspecto uniforme, também não há *um* tipo de minhoto, — *um* tipo de mulher minhota, no caso restrito de que neste momento se trata.

Os elementos raciais, primitivos e super-venientes, misturaram-se em diversas proporções: confundiram-se aqui, além; prevaleceram uns ou outros, salientes, ali, acolá; — não há um tipo humano definido, normal, em última análise. Nuns pontos, como em Castro-Laboreiro — freguesia insulada lá longe, entre serras —, há representantes da raça pequena dolicocefálica que forma o núcleo autóctone da gente portuguesa; noutros pontos do Alto-Minho, há representantes da raça braquicefálica de Grenelle; noutros lugares, como em Afife, em Ponte-de-Lima, notam-se representantes da raça nórdica... Sítios há, como em Perre, nos quais, — por se efectuarem os casamentos quási só entre a sua população, obediência a um velho uso tradicional, — a população adquiriu e mantém caracteres especiais, locais, inconfundíveis.

(1) Vid. N.ºs 3, 4-6 e 7-9 do vol. I (3.ª série).



Ao estrume...



Ao argaço



No campo



Mulher de Castro-Laboreiro

A antropologia minhota, a não ser em poucas e limitadas regiões, está sem estudar. O estudo antropológico da província, completo e metódico, ratificará por certo largamente o que deixo dito, mal fincado na minhota superficial observação e nos poucos elementos que Fonseca Cardoso nos ministra respeitantes ao caso.

A' luz da ciência não há, pois, *um* tipo de mulher minhota, — e não o há somaticamente, como o não há nas maneiras, na cultura, nem sequer no vestuário...

Desde a *crasteja* rude, com a sua escura saia de *fuloadó*, o seu *singuidalho*, a sua *capela* na cabeça e as suas *chancas* de pau atadas aos pés por correias, até à afifana, branca e bonita, esbelta e flexuosa, perfeitamente senhoril no seu vistoso traje aldeão e na sua breve chinelinha, há um sem-número de tipos femininos.

Mas se, em tais condições, não podemos conseguir *um tipo*, podemos criá-lo psicologicamente, à custa do interior, do *intimo* das mulheres minhotas: pela sua actividade intensa e tenaz, pela sua resistência a fadigas sem conto, pela sua alegria tantas vezes ruída, — pelo seu trabalho contente, enfim.

Se o verde é a côr característica da terra minhota, o trabalho — o trabalho contente — é a qualidade característica da mulher do Minho.

(Vamos supondo que realmente existe *um* Minho...)

No perfil da minhota, ainda poderéis achar típico o seu amor ao «ouro» — com que se enfeita exuberantemente e onde entesoura os seus capitais, o seu dote de noiva, as suas economias de esposa e mãe —; o seu apêgo aos arraiais, onde namora, canta e baila por tempo esquecido; a sua predilecção por côres vivas, «berrantes», com que, sobretudo no concelho de Viana, garridamente se veste; — mas o que na Mulher minhota achareis acima de tudo, como verdadeiramente tí-

pico, é o seu amor ao trabalho, que executa satisfeita, alegre.

E' vê-la em casa: cozinhando, fiando, tecendo o linho, a estopa ou a lã; compondo a roupa; preparando o cesto para ir feirar e «armar» o dinheiro preciso para os «arranjos»... E' vê-la fora de casa: nos montes, à earuma, à carqueja, às pinhas, ao mato; no desabrigado dos campos, amanhando a terra ou apascentando o gado; no mar, entre os penedos, tôda molhada, apanhando o argaço para estrumar as terras; pelas estradas, guiando o carro-de-bois e às vezes fiando simultaneamente para melhor «aproveitar o tempo»; e até em serviços de carga e descarga de navios e vapores, de combóios e carros, entregue a labutas pesadas, pesadíssimas...

E sempre cantando, sempre satisfeita e alegre!

Canta durante o trabalho; canta ao ir para o trabalho; canta, quando à tardinha, leve e ligeira, recolhe a casa!

Não é, todavia, apenas assim que a minhota ajuda o homem — ou, equivalente, o substitui.

Pode o homem ir para longe, para a Espanha, para a França, para o Brasil, para a Califórnia, para o inferno, — que a mulher ficará em casa não só dirigindo os serviços domésticos, tratando dos velhos e das crianças, mas ainda olhando pelos bens, cuidando das terras, atendendo solícita, de mótu-próprio, sôzinha, a tudo, a tudo, sem sacrifício, com prazer, cantando, — e só por vezes, ao clarão vermelho do sol morrente, nêsse canto se evola do seu coração a saudade de Aqueles que longe, lá muito longe, em terras estranhas, também moirejam por ela e para ela...

Viana-do-Castelo,
18 — Outubro — 1923.

CLÁUDIO BASTO.



Guardando o gado

NO PRÓXIMO NÚMERO:

A MULHER DO DOURO

por LUÍS CHAVES

ASPECTOS E IMPRESSÕES

EM VALE-DE-LOBOS

Vivo nesta monumental cidade de Santarém, berço de velhas e heráldicas fidalguias e glórias históricas, desde o ano em que se desenrolou a sinistra tragédia que trouxe um pungentíssimo luto a esta terra: o incêndio do Club Artístico. Já lá vão quasi duas guerras de Tróia e parece ter sido ontem...

Cheguei aqui no mês de Abril, quando as encostas do monte se cobriam de verduras e os rouxinóis ensaiavam os seus primeiros cantos.

Vim de Lisboa para aqui num *rápido*, com todas as comodidades, não tendo acontecido outro tanto a Gil Vicente, o poeta dos «Autos», que de Coimbra chegou a Santarém hifurcado numa besta que lhe deixou os ossos num feixe e as albigueiras sem vintém.

A Santarém cheguei eu
 Bem tal como Deus nasceu
 Que não trouxe lá do céu
 Consigo um vintém de seu.

O almocreve tinha feito contas de grande capitão...

Dosde moço imberbe «arevieiro e alegre como o pardal lascivo nas alvoradas de Abril», como dizia Camilo, a minha existência tomou deslizado aqui serena até este momento em que entrando na algidez da velhice olho para o passado com saúde.

Tornal-me a aparecer, entes imaginários,
 Quo me enchels outrora os olhos visionários.

Li o muito que se tem escrito sobre esta histórica Scabalis, abordando até ao suporífero livro do Padre Inácio da Piedade de que diz Garrett «quanto ha de Santarém, péta e verdade, ahí o acharás em amplo fólio e gorda letra».

Depois fiz a minha piedosa romagem não só pelos monumentos, como pelos lugares sagrados onde figuras ilustres viveram e escreveram os seus livros. O Vale de Santarém, que nos fala de Garrett e da sua «Joaninha dos olhos verdes» ou de Rehelo da Silva, autor dos «Contos e Lendas»; Alcânhões, de Barros Gomes, etc.

A visitação que fiz com maior alvoroço foi à quinta de Vale-de-Lobos, que daqui dista 7 quilómetros, o doce retiro a que se recolheu Alexandre Herculano, a mais extraordinária personalidade de poeta, romancista e historiador de que se pode orgulhar uma raça! E a razão por que eu tinha mais admiração por este homem do que por outro qualquer, provinha de ele ser o autor do «Eurico», essa deliciosa novela romântica que eu ainda moço lia ávidamente.

Fiz o meu passeio até lá, a pé, o que é agradável numa manhã fresca de estio. A quinta de Vale-de-Lobos, que era propriedade do autor do «Monge de Cister», hoje na posse dum lavrador, fica na Azóia-de-Baixo, uma pitoresca aldeia a que Alexandre Herculano deu celebridade.

Até lá, o caminho é agradável e apetecível.

Azóia, velho burgo, metido entre viridentes vinhedos, salienta as suas casinhas brancas sobre um fimdo de macissos densos de verduras. Passa por ali um ribeiro humilde, cuja corrente murmurando por entre choupos, salgueiros e faias, acompanha a música festiva da passarada chilreante.

Percorri toda a quinta, que o dono gentilmente franqueia, e pude ainda ver o pequeno quarto de dormir de Herculano, com o seu leito e simples mobiliário, conservado religiosamente. Na parede estava pendurado o barretinho do seu riso e sobre uma escrivaninha, ao lado do tinteiro e da pena de pato com que escrevia, o candieiro de azulejo de metal amarelo. Só lá faltava o poeta da «Harpa do crente» que, às 10 horas da noite de 14 de Setembro de 1877, passou a pertencer ao domínio da posteridade!

Conservei-me sentado, por muitas horas, no alto da quinta, sob uma velha árvore de opulentas ramagens que me poderia falar do notável historiador, porque era o seu lugar predilecto, onde ele se entregava aos seus pensamentos e que escolhera para seu túmulo.

Só dali me despeguei quando os reflexos afogueados do entardecer davam à paisagem tonalidades mágicas. Soluçava de mim em torno a grande melancolia da solidão e eu sentia prender-me ali qualquer coisa de delicioso que envolvia a minha alma numa serena religiosidade de sonho.

Pensei então que era bem aquela quinta a apetecível solidão, que é duplamente amiga das tristezas e das alegrias, que o espirito superior de Herculano escolhera para se livrar da política — a Messalina devassa e impura — e da convivência frívola e artificiosa da capital com amigos falsos e velhas...

Foi ali que ele se libertou duma convivência que o enojara e a sua atitude ecoou em todos os recantos do país, porque Herculano tinha postos em si e na sua obra todos os olhos dos portugueses, acusando-o a opinião publica de se ter retirado da vida politica e pela forma como o fez, severo, ativo e desdenhoso.

Herculano, imperturbável ao bramir da turba, deixou barafustar os zóilos e seguiu o seu caminho, porque era um português dos velhos séculos transviado no presente.

Os criticos de então saíram a campo e castigaram-no; mas se o *solitário de Vale-de-Lobos* era procurado, quando na actividade politica, nunca mais os politicos o largaram, mesmo no seu doce eremitério.

Ele entretanto desdenhava de todos eles e tinha-lhes tal nojo que, em certa ocasião, indo consultá-lo um *influyente* para lhe pedir a opinião sobre um caso do eleições, Herculano, que nesse momento estava fazendo um euferto numa roseira, só lhe respondeu no fim do seu arancel:

— Deixe-me, que estou tratando de coisas sérias!

O consultante então mudou de assunto...

A vida agricola, com toda a sua serenidade e sossego, absorvia-o por completo. Todo o entusiasmo de Herculano era levantar-se ao primeiro canto matinal do galo, percorrer a sua quinta, aparecendo agora aqui, logo acolá, conversando com os camponeses e jornaleiros, entrando no lagar do azeite, enidando do aviário e das flores, sentando-se algumas vezes no terraço a ver dansar e a ouvir cantar as raparigas, visitando a igreja paroquial quando havia festa o até incorporando-se nas procissões aldeãs.

Isto assim é contado pelo meu amigo Sr. Alberto Pinheiro, que o ouviu da boca dum camponês, como eu, que acompanhei o ilustre escritor quando visitou Vale-de-Lobos antes de escrever a sua excelente obra «A Extremadura Portuguesa».

Herculano tinha a verdadeira devoção pela Natureza. E ainda no momento final, exalando o último suspiro, conta Bulhão Pato, que foi testemunha presencial, que ele dissera, arregalando os olhos que a Morte lhe queria fechar para sempre:

— Abram a janela. Quero ver as árvores!

Morreu aos 67 anos este venerando obreiro da civilização!

Ir ali à quinta de Vale-de-Lobos é ir rememorar um grandíssimo espirito, um grande e nobre carácter!

Os homens da sua estatura moral pertencem aos livros das glórias da humanidade!

Santarém.

José Osório.

RITMOS...

MÍNIMAS

I
T^odos temos na nossa vida uma mulher, um perfume,
uma música e uma flor.

II
Nunca ofereças dinheiro nem conselhos; nunca pe-
ças conselhos nem dinheiro.

III
As mulheres ou não se pagam ou pagam-se muito
bem.

Quando se derem, aceita-as sem te preocupares, mas
também sem te envaideceres: que elas dão-se muitas
vezes por egoísmo, — tomam-nos em vez de se entregarem.

Quando se venderem, compra-as, se te apeterem,
mas — por Deus! — paga-as sem regalar, com a mesma
dignidade com que pagas ao teu sapateiro ou ao teu
alfaiate.

IV
Guarda as tuas lágrimas e poupa as tuas garga-
lhadas.

V
«Há tanto ridículo em fugir à moda como em afee-
tá-la», disse La Bruyère.

Veste-te com uma preocupação despreocupada: que
todos pensem no teu traje, mas que ninguém possa
pensar que tu pensaste nêle.

VI
Já reparaste como
em geral os homens pe-
quenos cultivam a sua
pequenez, fazendo-a de-
saprochar em inflores-
cências de coisas peque-
ninas e mesquinhas?

VII
Se puderes faze-te
respeitar.

Se quiseses faze-te amar.
Mas se não fores amado nem
respeitado, será talvez convenien-
te fazeres-te temer.

VII
Aquele velho aforismo «da dis-
cussão nasce a luz», é tudo o que
há de mais falível.

E em boa verdade apenas co-
nheço um caso em que ele se jus-
tifica completa- e perfeitamente:
quando a discussão termina por
um murro... de fazer ver as es-
trelas...

IX
Sempre que alguém se admira de que um bom fato
proporcione a um tolo a disposição que pode passar
por um relativo espírito, eu sinto vontade de pergun-
tar: que figura faz um homem inteligente com os pés
melidos nuns sapatos apertados?

X
A Mulher é uma única vez na nossa vida um aci-
dente; todas as outras vezes não passa de simples in-
cidente. Depois do acidente podem vir os incidentes,
que nunca passarão disso, mas antes há perigo de que
um e qualquer incidente degenerem em acidente.

Eis, numa aparente embrulhada, um volume de filo-
sofia.

Figueira-da-Foz, tantos de tal.

JOSÉ BRANDÃO.

A MULHER QUE PASSOU :::: NO CHIADO ::::

QUANDO ela passa
Pelo Chiado,
Tem tanta graça
No seu andar,
Que eu fico prêso, e enlevado,
Vendo-a passar...

Não sei quem é,
E, entretanto, sem ser bonita,
Ilá não sei quê
No seu andar,
Que nos excita
— Vendo-a passar...

E depois dela já ter passado
Deixa um perfume
Pelo Chiado,
A palpar...
— E a gente fica com um ciúme
Que outros estejam vendo-a passar...

LUÍS D'OLIVEIRA GUIMARÃES.

(Ils. de Isaura Cavaleiro)

ENSINAMENTOS DA GRANDE GUERRA

A AERONÁUTICA MILITAR

A aeronáutica desempenhou um papel preponderante na guerra. De serviço de esclarecimento e observação, mal definido a começo, passou a arma bem caracterizada, cuja acção se tornou imprescindível, sendo com a artilharia o instrumento de ataque que mais atenções mereceu. Descobrimo e penetrando a vida do inimigo até à intimidade, constituiu os olhos do exército; guiando a artilharia, tornou o seu tiro eficaz para alvos desconfiados e longínquos; interceptando comunicações, bombardeando gares, campos de concentração, depósitos, comandos e cidades, tende enormemente a dificultar os movimentos do inimigo e a desmoralizá-lo.

O seu grande desenvolvimento permitiu a formação de grandes unidades aéreas, chegando-se à *divisão aérea*, cuja acção tanto contribuiu para a ofensiva vitoriosa de 1918, em França. Da esquadrilha e do grupo passou-se à esquadra de combate e bombardeamento e desta à divisão.

Havia além disso os grupos privativos, de corpo de exército, de exército, de grupo de exércitos e comando geral, principalmente empregados no serviço de reconhecimento, investigação e ligação.

O tiro a grandes distâncias, as longas frentes ocupadas e o emprêgo de posições desenhadas e mascaradas, obrigaram o serviço da observação aeronáutica a um desenvolvimento imprevisível. Aos antigos processos de observação terrestre e de balões, veio juntar-se o da observação por aeronaves, o qual, apesar do grande incremento da aviação e dos enormes esforços nêsse sentido empregados, não atingiu ainda a perfeição necessária. A sua acção, por descontínua, torna-se difícil e demanda efectivos e condições custosas de conseguir.

* *

A aeronáutica divide-se em *aviação* e *aerostação*, compreendendo a primeira os aparelhos mais pesados que o ar — *aviões* —, e a segunda os aparelhos mais leves que o ar — *balões* e *dirigíveis*.

Os balões estão ligados por um cabo de aço ao solo, partindo dum carro-motor, que se des-

POR SEREM NÃO SÓ CURIOSOS, MAS BASTANTE ÚTEIS MESMO, COMO ELEMENTO DE DIVULGAÇÃO, VAMOS DAR AQUI ALGUNS EXCERTOS DUMA CONFERÊNCIA RECENTEMENTE REALIZADA NA SALA DOS OFICIAIS DUM DOS FORTES DO C. E. L. PELO HERÓICO TENENTE MILICIANO DE ARTILHARIA A PÉ, QUE ACABA DE SER PROMOVIDO A CAPITÃO, SR. ÁVILA MARIANO : : : : : DRUGA : : : : :

loca lentamente em terreno sem obstáculos. Os mais empregados são os de forma alongada, do tipo "drachen" alemão. O seu campo de observação depende da altitude, que não vai além de 1:800 metros. Sendo muito vulnerável é obrigado a subir de 5 a 10 quilómetros à retaguarda das linhas, do que resulta as vistas serem compridas e oblíquas, deformando-se a paisagem e escapando o terreno desenhado; pode, contudo, empregar aparelhos ópticos poderosos e exercer uma observação contínua de noite e de dia, testemunhando os movimentos inimigos e observando ao mesmo tempo os clarões e os pontos de queda dos projecteis. A sua grande vulnerabilidade e fraca cota de ascensão condemnam-no, porém.

O tipo de balão cativo ultimamente empregado é o "Caquot", que suporta ventos até 30 metros por segundo. Eleva duas barquinhas a 1:200 metros e só uma a 1:500.

No fim da guerra tentou-se a invulnerabilidade do balão cativo, enchendo-o com um gás incombustível, o *hélio*; mas a experiência não trouxe a sua confirmação.

O balão cativo presta grandes serviços e pode ser empregado como auxiliar do avião, para alvos distantes. Comunica com a terra por telefone, principalmente, por T. S. F. e sinais ópticos, permitindo uma ligação constante, simples e cómoda.

* *

O avião reconhece e combate.

Observa na vertical e por isso não tem deformações perspectivas, nem desenhamentos. A pequenas altitudes recolhe os mínimos detalhes; a grandes faz a observação de conjunto. Devido, porém, à sua grande velocidade e pouca permanência no ar, a observação é descontínua e às vezes fugitiva, pouco cómoda e diminuída pelas asas do aparelho, sendo difícil empregar óculos.

O avião comunica com a terra por T. S. F., projectores, sinais ópticos, acústicos e despachos lastrados, ou sinais luminosos, quasi sempre reservados para a infantaria.

A terra comunica com o avião por T. S. F., projectores e quadros de tela ou lona branca — *panneaux* — com que se fazem os sinais.

Em combate o avião destrói os aparelhos aéreos e exerce sobre a terra grande acção desmoralizadora, bombardeando a distância e surpreendendo tropas, que metralha directamente.

A sua velocidade, grande mobilidade e reduzida superfície de órgãos vitais, tornam-o pouco vulnerável. O fogo feito de terra pode impedir-lhe a observação ou o tiro, mas o seu principal inimigo são os aparelhos contrários. Consegue altitudes de vôo de 8:000 metros e mais, atingindo já 300 quilómetros à hora; de forma que, devido ao seu alcance, pouca visibilidade, dificuldade de pontaria e fraca velocidade dos projecteis, tornando a duração do trajecto muito longa, a artilharia anti-aérea é impotente para os bater.

*

* *

O *dirigível*, possuindo as vantagens do balão e do avião, é muito vulnerável, menos veloz e de muito menor mobilidade que o avião. Está por isso hoje quasi pôsto de parte na guerra terrestre, sendo apenas ainda utilizado na defesa marítima. Ainda que possua belas condições de navegabilidade, cómoda e boa observação, devido à sua estabilidade e duração de vôo, tem grande superfície e pode facilmente ser atingido pelos aviões de combate, que possuem velocidades 50 % maiores. Pode transportar maior carga que o avião (20 vezes mais), e ao passo que este exige 1,420 quilograma de combustível por quilograma de carga, o dirigível apenas necessita de 130 gramas. É portanto considerado como um meio de transporte aéreo, principalmente na paz, devido à sua capacidade e muito menor consumo.

*

* *

Nos princípios da Grande Guerra a aviação não chega a constituir uma arma, sendo apenas um serviço auxiliar dos comandos nos reconhecimentos e investigações. Os aparelhos então empregados, são hoje considerados antiquíssimos e pertenciam a dois tipos principais, — os *monoplanos* e *biplanos* sem fuselagem.

Os primeiros, empregados no combate e observação, eram do tipo Morane Parasol e Nieuport; os segundos, de observação e bombardeamento, eram os Farman, de 3 motores à retaguarda, e os Caudron G-3 de motor à frente. As velocidades de vôo oscilavam entre 80 e 115 quil. à hora, e as velocidades ascensionais variavam de 1^h, 30^m a 25 ou 30^m, para uma altitude de 2:000 metros.

Dois factores principais dominaram o emprego da aeronáutica na Guerra, — foram as possibilidades materiais e a situação do momento. Das possibilidades materiais depende o valor dos aparelhos, o seu número e as formações em que se equipam.

As características dos aviões, as velocidades de vôo e de ascensão, a altitude de vôo, o raio

de acção e a aptidão para o combate, evoluíram durante a guerra muito favoravelmente, tendo a velocidade do Morane Parasol passado de 115 a 220 quil. no Spad de 220 H. P. A velocidade ascensional, que era de 25 minutos para 2:000 metros, atingiu 4^h e 30^s no Spad. A capacidade de transporte de bombas, de 100 passou a 500 quilos no *Farman-50*, a 800 no *Handley-Page* e a 900 no *Vickers-Vimy*.

Na construção aeronáutica podem considerar-se três períodos:

1.º — de 1914 a 1916, compreendendo os aparelhos anteriores à guerra e os do seu começo — tipos Farman de 80 e 130 H. P. e Caudron monomotor, para a observação; Morane e Nieuport, para a observação e combate, e Caudron bimotor, Voisier e Breguet Michelin, para a observação e bombardeamento. Todos estes aparelhos foram postos de lado em 1916, pela sua lentidão e pouca aptidão para o combate.

2.º — 1917, constituído pelos tipos Salmson-Moineau e Caudron R. 4 e C 6, para observação; Spad 130 H. P. e Nieuport, para combate; Zetart, para combate e observação; e, para observação e bombardeamento, o Caproni trimotor.

3.º — 1918, caracterizado pela aparição dos Spad e Salmson de 2 lugares, para a observação; do Spad de 1 lugar e 220 H. P., para o combate; e dos Breguets, para observação e bombardeamento.

Pode considerar-se ainda um 4.º período, com os aparelhos aperfeiçoados do mesmo tipo do 3.º, em fins de 1918, e com os aparelhos Henriot-Dupont e S. E. A., de observação e combate; F. 50 e C. 23, de bombardeamento, e os ingleses Handley-Page e Vickers-Vimy, pesados.

O número de aviões que em 1 de Agosto, no exército francês, era de 158, atingiu em 11 de Novembro de 1918 o número de 3:608. As formações compactas de 25 esquadrilhas passaram a 258 à data do armistício.

*

* *

A aeronáutica de 1918 pode dividir-se em: *aviação ofensiva*; *aviação defensiva*; e *aviação de observação*. As suas missões resumem-se em procurar a superioridade aérea, assegurar a exploração estratégica e a observação do campo de batalha, e atacar à bomba e à metralhadora os pontos mais sensíveis da organização inimiga.

O regulamento alemão de 1921, do General von Seeckt, preconiza um aumento considerável de aviões. A cada divisão atribue a dotação orgânica de 24 aviões e para cada exército um total de 456 a 702.

ÁVILA MADRUGA

Capitão de artilharia.

.....

::::: NO PRÓXIMO NÚMERO ::::::
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS TÁCTICAS
::::: DA ARTILHARIA MODERNA ::::::

NOTAS SUBSIDIÁRIAS

para uma

Bibliografia portuguesa da Grande Guerra

pelo Tenente **JOSÉ BRANDÃO**1.^a PARTE.— OBRAS ORIGINAIS PORTUGUESAS. = TÍTULO I. — LIVROS (PROSA)

(CONTINUAÇÃO)

- 55 **Freire** (João Paulo) — (pseudónimo: Mário) «Em serviço da Cruz Vermelha. Notas dum Comissário» — 171 p. e 2 s. n. (0,096×0,162), Tip. de Adolfo de Mendonça, Lisboa, 1919, edição da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.
- 56 **Idem** — «Impressões da Guerra. Notas de reportagem» — 126 p., il., (0,102×0,172), Tip. Universal, Lisboa, 1919, edição da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.
- 57 **Freiria** (Fernando) — (Coronel do corpo de Estado Maior, Lente da Escola Militar) — «Os Portugueses na Flandres» — 303 p., il., (0,103×0,167), Tip. da Cooperativa Militar, Lisboa, 1918, edição do Autor.
- 58 **Freitas Branco** (Alfredo de) — «Madrinhas de Guerra» — folh. 44 p., (0,079×0,115), Tip. Maurício, Lisboa, 1919.
- 59 **Gomes da Costa** (Manuel d'Oliveira) — (General Comandante da 1.^a Divisão do C. E. P.) — «O Corpo de Exército Português na Flandres. A Batalha do Lys» — 256 p., il., c. il. com o retrato do Autor (0,080×0,135), Renascença Portuguesa, Porto, 1920.
- 60 **Idem** — «Soldados de Portugal!» — folh. 14 p., (0,090×0,145) Imprensa Nacional, Macau, 1923. (Alocução proferida a todas as forças da Província de Macau, em 9 de Abril de 1923. Publicação ordenada pelo Governo da Colónia para distribuição pelos quartéis).
- 61 **Idem** — «Soldados de Portugal! — Padrões de guerra» — folh. 21 p., c. il. por Francisco Valença, c. retrato do Autor, (0,072×0,184), Tip. do O. da I. C., Macau, 1923. (Dois discursos. Publicação ordenada pelo Governo da Colónia para distribuir pelos quartéis).
- 62 **Gonçalves** (Zeferino António) — «Odisseia dum soldado» — folh. 24 p., (0,037×0,116), s. l., 1919.
- 63 «**Guerra Europeia**. Telegramas da Agência Havas e correspondente especial, publicados pelos jornais *Diário dos Açores* e *Répública*», 1914. — 90 p., (0,073×0,103), impressão e edição de João Urbano da Silveira Moniz, Ponta Delgada, 1916.
- 64 **Idem** 1915 — 97 p., 1916.
- 65 **Idem** 1916 — 153 p., 1917.
- 66 **Idem** 1917 — 177 p., 1918.
- 67 **Idem** 1918 — 239 p., 1918 (1).
- 68 **Guerra Junqueiro** (Abílio) — «Edith Cavell» — folh. 11 p., (0,090×0,153), c. il. fantasia tipográfica, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916, edição da Cruzada das Mulheres Portuguesas, a cuja obra de enfermagem é destinado o produto da venda.
- 69 **Idem** — «O monstro alemão. Atila e Joana d'Arc» — folh. 20 p., c. il. com uma vinheta e o selo emblemático da Junta Patriótica do Norte, (0,110×0,181), Oficinas do Comércio do Porto, Porto, 1918, edição da Junta Patriótica do Norte, a cuja obra de assistência aos órfãos da guerra se destina o produto da venda (1).
- 70 **Granjo** (António Joaquim) — (Alferes miliciano de Infantaria, do Bat. de Inf.^a 22 do C. E. P.) — «A Grande Aventura (Scenas da Guerra)» — 193 p., (0,075×0,130), Imprensa Portugal-Brasil, Lisboa, s. d. (1920), edição da Sociedade editora Portugal-Brasil, L.^{da}, Lisboa.
- 71 **Grave** (João) — «Os sacrificados. Contos da Guerra» — 197 p., com retrato do Autor e il., (0,077×0,121), Tip. da Imprensa Moderna, Porto, s. d., edição da Livraria Chardron de Lelo & Irmão, Porto. (E' o vol. n.º 41 da Colecção Lusitana).
- 72 **Idem** — «O Mutilado» — Romance, 379 p., c. il. (0,082×0,145), Tip. da Imprensa Moderna, Porto, 1918, edição da Livraria Chardron de Lelo & Irmão, Porto. Tem 2.^a edição, 1919.
- 73 **Leitão** (Artur) — «A Pátria em êxtase» — folh. 30 p., il. e c. il. por António Carneiro, (0,078×0,131), Oficinas da Empresa Internacional Editora «Lúmen», Coimbra, 1921, edição da mesma Empresa. No mesmo volume a tradução francesa. (Palavras do Autor na homenagem triunfal aos Heróis sem nome).
- 74 «**Livro Branco**. Portugal no conflito europeu. (1.^a Parte: Negociações até à declaração de guerra). Documentos apresentados ao Congresso da República pelo ministro dos Negócios Estrangeiros» — 255 p., (0,109×0,187), Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.
- 75 «**Livro de orações do Soldado Português**» — 71 p., il., (0,055×0,073), Tip. do Anuário Comercial, Lisboa, 1917. (Contém orações,

(1) Estes 5 vol. foram impressos para distribuição gratuita.

(1) Estes 2 folhetos de Guerra Junqueiro foram depois incluídos no livro «Prosas dispersas» (Título IV).

- recomendações e máximas morais e um hino, de F. R. da S. Malhão).
- 76 **«Livro de Ouro da Infantaria»** — MCMXIV-MCMXVIII — 285 p. e 1 s. n., il., c. il. com o emblema da Arma, ilustrações de Carlos Reis, fotografias de Arnaldo Garcez e Serviços Gráficos do Exército, (0,121×0,207), Tip. Fernandes & C.^a, Lisboa, 1922, edição da Comissão Técnica da Arma de Infantaria. (Dividido em 5 partes: 1.^a parte, Discursos proferidos na sessão solene da Sociedade de Geografia em 10 de Junho de 1920; 2.^a, Colaboração de Oficiais da arma de Infantaria; 3.^a, Algumas alocuções proferidas nas sessões solenes realizadas nos quartéis, para inauguração das lápides comemorativas dos mortos da Infantaria; 4.^a, Louvores colectivos às unidades de Infantaria; 5.^a, Mortos da arma de Infantaria na Grande Guerra, em França, Angola e Moçambique).
- 77 **Lobo d'Ávila Lima** (José) — (Lente da Universidade de Coimbra) — «Portugal e a Guerra das Nações» — 332 p. (0,072×0,130), Empresa Lusitana Editora, Lisboa, 1916, edição de F. A. de Miranda e Sousa, proprietário da mesma empresa. (Dividido em 4 partes: Portugal e a Guerra das Nações; Política colonial; Política social; Política internacional).
- 78 **Lopes de Castro** (José) — (Veterano da campanha do Niassa, de 99) — «P'rá guerra!! Aos soldados da minha Pátria» — 144 p., c. il., (0,090×0,158), Tip. de Lopes & C.^a, Porto, 1917, edição da Livraria Carioca, Belém — Pará (Brasil).
- 79 **Lopes de Mendonça** (Henrique) — «Portugal contra a Alemanha» — 60 p., (0,073×0,107), Oficinas da «Ilustração Portuguesa», Lisboa, s. d., edição da Livraria Profissional, Lisboa. (É o vol. n.º 31 da colecção «Os livros do Povo»).
80. **Idem** — «Aspectos morais da Guerra Europeia» — folh. 21 p., (0,110×0,180), Impr. Libânio da Silva, Lisboa, 1917, edição do Comité de Propaganda Aliadófila. Separata do n.º 20 da «Atlântida», conferência realizada na Academia de Estudos Livres, em 13 de Maio de 1917. (Há uma tradução inglesa, edição Tifisher Unwin, Londres).
- 81 **Loureiro** (José Marques Pinto) — «Tratado de Versailles» — 240 p., (0,078×0,158), Coimbra-Editora, Coimbra, 1921. (Separata da Colecção de Legislação Portuguesa).
- 82 **Macedo** (José de) — (Professor de Ciências Económicas da Escola de Construção de Lisboa) — «O conflito internacional sob o ponto de vista português. Estudo político e económico» — 435 p., (0,108×0,162), Renascença Portuguesa, Porto, 1916.
- 83 **Machado** (Bernardino) — «A Política da Vitória. Discurso proferido no Senado da República em 20 de Novembro de 1919». Folh. 20 p., (0,095×0,122), Tip. Boente & Silva, Lisboa, s. l. (1919).
- 84 **Magalhães** (Luís de) — «Portugal e a Guerra» — folh. 54 p., Livraria Magalhães & Monís, Porto, 1916.
- 85 **Magalhães Lima** (Jaime) — «A Guerra. Depoimentos de herejes» — 172 p. (0,078×0,130), Tip. França Amado, Coimbra, 1915, edição da Livraria França Amado, Coimbra.
- 86 **Magno** (David José Gonçalves) — (Capitão de Infantaria, do Bat. de Inf.^a 13 do C. E. P.) — «Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do C. E. P. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativo. Figuras, factos e impressões» — 2 vols. 1.º vol., 270 p., 2.º vol. 194 p., il. e c. il., (0,083×0,132), Tip. Lusitana, Porto, 1921, edição da Companhia Portuguesa Editora, Porto.
- 87 **Malheiro** (Alexandre José) — (Coronel de Infantaria, 2.º Comandante da 6.^a Brigada do C. E. P.) — «Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg (Notas dum prisioneiro)» — 392 p., il. e c. il., (0,081×0,134), Renascença Portuguesa, Porto, 1919.
- 88 **Idem** — «Por via da Guerra (Contos)» — 124 p., (0,082×0,136), Empresa Industrial Gráfica do Porto, Porto, 1923, edição da Renascença Portuguesa, Porto. (6 contos, o último dos quais: «Viagem de núpcias», é o entrecho da peça do Autor: «O amor na base do C. E. P.»).

(Continua).

JOSÉ BRANDÃO.

“REVISTA DE ARTILHARIA”

Deve sair brevemente um número especial desta revista, comemorativo da acção da Artilharia Portuguesa na Grande Guerra, com capa do ilustre pintor Sousa Lopes, reprodução em «hors-texte» de três magníficas águas-fortes do mesmo pintor e numerosas fotogravuras de episódios relativos à vida de campanha.

PAGINA LUSO-BRASILEIRA

ACABA de escrever-nos do Brasil, onde se encontra em missão de carácter diplomático, o ilustre escritor e emolivo poeta da nova geração Dr. João de Lebre e Lima, que d'Além-Atlântico vai passar a enviar-nos, com a possível regularidade, as suas opiniões sobre o que em Portugal e nas principais cidades daquela nação há ainda e sempre a fazer para uma mais útil aproximação das duas pátrias irmãs.

Acolitando a agradável noticia, vamos já hoje referir-nos a um facto de certa importância e gravidade, para o qual do Rio-de-Janeiro o sr. Ruy Chianca, : : : : director da bela revista «Portugal», chama a nossa atenção : : : :

Rio-de-Janeiro, 4 de Dezembro de 1923.

Prezado confrade: Com as mais affectuosas saudações, tomo a liberdade de enviar esta carta que tem por fim recomendar a atenção de V. o artigo de fundo do número da revista *Portugal* que junto remeto.

Trata-se de um caso indiscutivelmente grave que precisa de ser posto a claro pela imprensa portuguesa e que, pelas informações que tenho, já deve ser conhecido do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Seu, etc. — *Ruy Chianca.*

Embora quasi tenhamos a certeza de que ao sair o presente número da *Alma Nova* já o assunto para que do Brasil se chama a nossa atenção deverá estar devidamente tratado por quem de competência para o resolver, não queremos, todavia, deixar de emitir a nossa repulsa por todos os actos ou negócios escuros que possam representar menos prestígio para o nome português.

E' dos mais dignos de ponderação, como vamos ver por alguns extractos do invocado artigo da revista *Portugal*, o caso de que presentemente se trata. Escreve aquella publicação:

«Chegou ao nosso conhecimento, por informações de origem fidedigna, que entre os governos de alguns Estados do Sul do Brasil e dois — ou mais — empregadores foram feitos contratos em que estes se obrigam a trazer de Portugal para esses Estados um avultado número de trabalhadores, recebendo uma certa quantia prefixada... por cabeça!

«Os aludidos Estados procedem no uso pleníssimo de um direito, procurando no estrangeiro a mão-de-obra de que precisam. Dos empregadores não falamos, ainda que o seu comércio de homens é dos mais repugnantes, e embora não saibamos explicar como, sendo portugueses e com certas responsabilidades intellectuais, não hesitam em buscar lucros por processos análogos aos dos tão condenados negreiros doutras eras...

«Não é aí que está a gravidade do caso. Terá conhecimento o Governo português das condições dos contratos propostos aos emigrantes?

«Saberão as autoridades portuguesas da propaganda intensíssima que os agentes dos empregadores estão fazendo pelas nossas aldeias, pintando aos pobres trabalhadores, cuja maior parte nunca saiu dos respectivos concelhos, que a sua emigração para o Brasil é a fortuna certa e a garantia duma velhice tranqüila?

«Dirão esses agentes toda a verdade sobre as condições do contracto a esses homens que não sabem, ou mal sabem ler? Dir-lhes-hão que, se morrerem por cá no seu trabalho, as suas familias, se estiverem em Portugal, não terão direito a indemnização? Que, se adoecerem ou se inutilizarem passado o primeiro ano de

estada no Brasil, não serão repatriados pelo Governo brasileiro, a não ser que o seu contrato declare o contrário?

«Que as indemnizações, por accidentes no trabalho, ainda não estão regulamentadas no Brasil, tendo sido há poucos dias objecto duma proposta apresentada ao ilustre Parlamento brasileiro?

«Mas suponhamos que as nossas perguntas — cujas respostas devem ser pedidas e provocadas pela imprensa de Portugal — têm contestações positivas.

«E' este o momento, em que Portugal carece de todos os braços dos seus filhos para prosseguir no seu grande desenvolvimento industrial e na intensificação das suas fainas agrícolas, das quais depende essencialmente o futuro da Pátria, recomendável para a exportação desses braços para o estrangeiro, embora para um país ao qual nos ligam os mais estreitos laços de amizade?

«E' então agora, quando se trata de levar a cabo a grande obra de colonização das nossas imensas províncias ultramarinas e o Alto Comissário de Angola declara que é necessário fixar nesta colónia cem a cento e cincoenta mil portugueses, que os vão buscar às suas aldeias, não para a conquista de grandezas para a Pátria, mas, em prejuizo desta, para auxilio do fomento de outro país longínquo?!

E conclue a revista *Portugal*:

«Não podem melindrar o Brasil estas palavras, que o mais elemental bom-senso apoia e justifica. De Portugal saiu esta grande Nação a qual os portugueses muito querem e servirão com bens e vidas, sempre que de tal serviço não venha prejuizo a Portugal.

«Mas ponhamos ainda de parte a força política e social dos simples argumentos apontados.

«Será moral que estes contratos se façam por vias particulares e não directamente entre os governos?

«O Governo e o Parlamento português não podem deixar de ter conhecimento deste caso e só elles podem consentir ou recusar a saída desses emigrantes, porque só a elles competem as responsabilidades tremendas do futuro da Pátria e da felicidade do povo.

«Não queremos com isto condenar, de um modo geral, a emigração portuguesa para o Brasil, único país para o qual, em nosso entender, é admissível. O que é indispensável é regulamentá-la, não se consentindo, para bem de ambas as Nações, que seja feita sem a intervenção directa dos respectivos governos.»

Os nossos protestos aí ficam, também. E que o círculo dos honestos e dos bem intencionados se feche rápido em volta dos interesses e da honra do país, para que todos aqueles a quem a insensatez do egoísmo haja degenerado os verdadeiros sentimentos pátrios, se vejam forçados a refrear a sua gula na carcaça ignóbil das próprias ambições.



ARTE

EXPOSIÇÕES



D. Maria Alexandrina Chaves

Realizou recentemente em Faro, numa das salas do Liceu de João de Deus, a sua 1.^a Exposição de Pintura e Desenho, esta curiosa artista algarvia.

Largamente se referiu a imprensa local às apreciáveis faculdades da expositora. O catálogo, cujo produto integral da venda reverteu a favor do Asilo de Santa Isabel da referida cidade, abria com algumas palavras do director literário da *Alma Nova*. Dêle transcrevemos:

A Arte é o cântico da vida eternizada em beleza íntima — o Sentimento!

Para se ser Artista, é necessário ser-se verdadeiro; para se ser verdadeiro é necessário saber sentir.

O grande Artista é o que melhor sabe interpretar a beleza íntima das coisas. O grande Artista é assim, ao mesmo tempo, anatomista e psicólogo.

Desde Giotto, o criador do natural, até aos mais avançados emotistas de hoje, os grandes Artistas têm sido sempre verdadeiros adoradores da natureza.

O sorriso sublime de Monna Lisa, o olhar sublime de Monna Lisa, e a própria imortalidade, para a Arte, dêsse sorriso e dêsse olhar, não serão a melhor confirmação dêsse culto?

A Arte, sem o quinhão de beleza íntima que lhe empresta a verdade, não é Arte, é malabarismo estético...

A consciência das proporções dá o ritmo; a concatenação dos ritmos dá a força emotiva.

A Arte de D. Maria Alexandrina Chaves, pelo menos nesta sua 1.^a exposição, está dentro destas normas: — simples, porque é natural; emotiva, porque é verdadeira.

... Sente-se que a natureza vem ao nosso encontro e como que nos segreda e nos conta as suas alegrias ou as suas mágoas. O sol do seu querido Algarve baila, lanto nos quadros já acabados, como nas pequeninas pochades, com uma beleza característica, embaladora e retintamente algarvia; com uma espontaneidade e doçura que não se aprendem nas escolas, e com uma acuidade e beleza que só se conseguem interpretar quando se tem fogo lá dentro e se é verdadeiramente artista. Nos seus quadros, a gente como que escuta o belo e a verdade, encaminhando-se já para o mesmo altar de enlévo — a Perfeição. A natureza é nêles canto e prece, ascensão e saúde, infinito e alma.

Ama-se, sente-se qualquer esfúvio de fêmenil simpatia, perante cada grande tela ou pequenina mancha que nos apresenta, — grito ainda hesitante, muitas vezes, é certo, mas já revelador duma evolução que será triunfo próximo e incêguvel orgulho para o Algarve.

João José Gomes

Continuando a série de exposições iniciadas em 1917, resolveu a *Alma Nova* incluir no seu programa, a que muito

brevemente este jôven mas talentoso artista vai realizar, expondo no *Salão Bobonc* alguns dos seus trabalhos de *Escultura e Desenho*.

João José Gomes apresentou-se pela primeira vez, no último ano, no Rio-de-Janeiro, tendo conquistado os melhores incitamentos da crítica fluminense.

Lino António, na Sociedade Nacional de Belas Artes

Lino António, moço pintor da escola moderna, é um temperamento de Artista que se afirma valorosamente e que temos o dever de saudar com sinceridade, seguindo o exemplo do Poeta Anérico Durão. A sua arte é atraente, luminosa, amável. Presta culto à nossa terra e à nossa gente. Tem a paixão da natureza em festa, revestida de seus encantos naturais. As suas paisagens parecem erguer preces à luz do sol. A vida e o ar circulam nos trabalhos do pintor, que é um colorista notável. Não possui uma arte simbólica, torturada e profunda, como, por exemplo, a do modernista alemão Fritz Simmat, que numa das suas telas interpretou as visões tão expressivas dum moribundo na hora derradeira; mas se Lino António não se ocupa de assuntos dessa natureza, pode enfileirar nobremente na reduzida ala dos nossos modernistas de valor autêntico.

Diante dos seus desenhos, tão sóbrios de traços; das suas telas «Procissão» e «Varinas», belamente iluminadas e compostas; das suas manchas adoráveis, intituladas «Ao Sol Poente», «Leiria Velha», «A' espera dos Banhistas», «As cantarinhas», «Pexinheiras» (Nazaré), e outras, é justo vaticinarmos-lhe um futuro de triunfos.



O MODERNISTA

«estudo» de João José Gomes

Sexta exposição de Arte de Carlos Bonvalot, Adriano Costa, Joaquim Costa, Albertino Guimarães, Alberto de Lacerda e Fernando dos Santos

Bonvalot, que antes da sua estada na Itália e em Paris era já considerado no nosso meio artístico como pintor de mérito, voltou de lá na posse de sólidos recursos técnicos e dispondo duma paleta rica e variada. E' isso que nos mostram os seus «Balcões da Beira», inundados de luz, «A sacristia da Sé Velha», envolta numa doce penumbra, e tantos outros trabalhos cheios de variadíssimos contrastes, executados em Portugal, na Itália e em Paris, todos reveladores dum artista bem conhecedor do seu *métier*.

Adriano Costa é um sentimental que progride. As suas pinturas revelam-nos um pouco a alma do pintor. «Poente» e «Tarde de inverno» (Sintra), de tonalidades melancólicas, confirmam o que dizemos. No quadro «Dunas» (Praia das Maças) Adriano vence dificuldades pintando sóbriamente — o que é difícil — o areal e o mar. «Velas vermelhas» (Vila Franca) tem curiosos efeitos cromáticos.

Joaquim Costa pinta umas «Rosas» de colorido agradável. Das outras telas é justo salientar a que representa o «Côro da Sé» (Lisboa).

De Albertino Guimarães notámos os quadros «Manhã nublada» (Tancos) e «Dia cinzento» (Lisboa), que eram bem interpretados. Já as suas «Barracas» (Pedrouços), não foram — parece-nos — observadas com tanta felicidade.

Alberto de Lacerda apresentava alguns trabalhos interessantes, dos quais devemos citar a «Mancha» (Praia das Maças) e «Dia de inverno». O quadro que representa Carlos Bonvalot no «atelier» é de feliz composição. Além disso o perfil do retratado tem carácter. O tronco inclina-se bem para diante, e o braço, estendido, ampara naturalmente a tela. Apenas nos pareceu haver pequena desproporção entre a perna e o tronco. Quanto ao ambiente do quadro, é sóbrio e verdadeiro.

De Fernando dos Santos agradaram-nos, especialmente, «A Rua do Adro de Cima» (Coimbra) e a «Casa Amarela» (Cascais). Setúbal impressionou também a retina do pintor, pois reproduz nos seus trabalhos muitos aspectos marítimos do local.

Francisco Valença

Na Exposição Internacional do Rio de Janeiro obteve o «Grand Prix» o album «Varões Assinalados» do nosso querido camarada de redacção Francisco Valença. Todos os que trabalham na *Alma Nova* nos congratulamos com o facto e enviamos ao distintíssimo caricaturista as nossas sinceras felicitações.

Segunda exposição de Isaura e Nobre

D. Isaura Cava'heiro e Roberto Nobre, dois curiosos temperamentos artísticos, expuseram o ano passado pela primeira vez num discreto cantinho da fotografia Furtado Reis, tendo recebido as melhores saudações da crítica. Nesta 2.^a exposição continuam a afirmar-se os progressos de ambos. D. Isaura patenteia-nos uma vez mais as suas belas qualidades de ilustradora na «Santa Iria», «Projecto para a capa de um livro», «Dia de finados» e num tríptico admirável. Roberto Nobre, mais colorista, mais audacioso, evitando menos as dificuldades técnicas, se não marca extraordinários progressos sobre a exposição anterior, é todavia mais firme na maneira de tratar os assuntos e mais expressivo nas cores. Os n.ºs 5, 12 e 18 do catálogo assim o confirmam.

A dos Artistas — ex-alunos da Casa Pia de Lisboa

Francisco dos Santos, Eduardo Romero, Pedro Guedes, António do Couto, José Neto, José de Sousa, Joaquim Porfírio e Raul Carapinha, reuniram-se no propósito de organizar uma exposição de arte e de prestar homenagem às memórias de Simões Margiochi, antigo provedor da Casa Pia, e Dias Serras, antigo aluno do citado e modelar estabelecimento de ensino.

Pela rápida análise que fizemos à exposição, limitamo-nos apenas a dar aqui algumas notas despretenciosas sobre os trabalhos que mais nos agradaram, falando conjuntamente dos expositores.

Francisco dos Santos é um escultor de nome sobejamente firmado. «O Prometeu», «Ao leme», «O beijo», «Nina», «Bacante», e tantas outras belas obras de escultura que expôs foram já consagradas pela crítica e pertencem, algumas delas, ao Museu de Arte Contemporânea. Nos trabalhos deste escultor sente-se a força e a alegria da vida vitoriosa. A sua arte é como ele próprio, saudável, risinha, comunicativa. As suas pinturas possuem um instinto decorativo e arrojado.

Eduardo Romero é um pintor contemplativo na posse de nobres qualidades de emoção. As pedras gastas dos velhos monumentos, os interiores, e, em especial, os frutos coloridos e variados, têm nele um intérprete sabedor e sincero. Os quadrinhos que no catálogo tinham os números 70, 71, 72 e 73 podiam sem exagero considerar-se verdadeiras obras primas no seu género. Fôsse vivo o saudoso Poeta Cesário

Verde e seria talvez um dos maiores admiradores deste artista notável, exageradamente modesto, que na sua arte possui um carácter muito intimista, correcto, verdadeiro...

Pedro Guedes é um estudioso professor, que bastantes serviços tem prestado ao ensino artístico das crianças que lhe são confiadas. Esta circunstância, entre outras, bastaria para o tornar digno de simpatia. Dos retratos que expôs salientava-se o do falecido crítico de arte Alfredo Serrano. Neste retrato a cabeça de cabeleira revolta ressalta naturalmente da tela, e tem expressão e carácter. Ali pudemos observar bem o Alfredo Serrano, do qual guardamos ainda recordações pelas suas admiráveis conferências sobre Rembrandt. Agradaram-nos também alguns estudos para o quadro «Viriato», — em especial os que estavam colocados à direita e à esquerda, acima do referido quadro.

De António do Couto, arquitecto, notámos alguns projectos interessantes, entre eles os que diziam respeito a casas de campo, de linhas simples e atraentes.

José Neto, escultor, expôs a «Cariátide», «O jogador de disco» e o medalhão de «Luz Soriano», todos cuidadosamente modelados. Neto é um artista consciencioso que se preocupa mais com a exactidão da forma do que, propriamente, com o arrôjo desta.

José de Sousa levou à exposição duas manchas bem observadas: «Dia cinzento» (Lumiar) e «Trecho de jardim» (Lisboa).

Joaquim Porfírio é mais desenhador que pintor. Alguns dos seus carvões não são mal trabalhados, como, por exemplo, o que intitulou «Margens do Liz», onde os arvoredos e as águas têm verdade e frescura. Na generalidade, porém, as suas obras são destituídas de emoção e possuem excessos de pormenores que sensivelmente as prejudica.

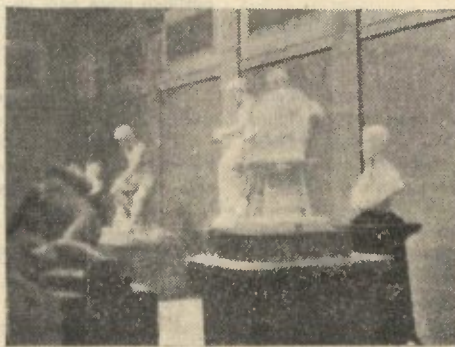
Raul Carapinha expôs alguns quadros de natureza morta — género que de preferência cultiva — e outros trabalhos a óleo e a aguarela. «Os crisântemos» e «Goivos» tinham qualidades de composição e de cores.

Figuravam também no certame alguns trabalhos de João Dias Serras, artista falecido. Se a tuberculose o não tivesse levado há anos, ele seria hoje, certamente, um paisagista notável, meditativo e profundo, um pouco ao modo de Ruysdaël. Para Dias Serras, as árvores não eram apenas alguns troncos repletos de folhagem verdejante, batidos pelo sol intenso; eram também seres estranhos e bizarros, agitando-se no meio das tempestades ou adquirindo formas humanas de concentração meditativa na mágoa imensa dos crepúsculos.

Pudemos avaliar ainda, em alguns fugitivos anos de Belas-Artes, a boa camaradagem e as qualidades artísticas de Dias Serras. Pena é que não fôsse possível reunir no certame de que nos ocupamos um maior número de trabalhos, pelo qual todos pudessem aquilatar melhor das suas belas qualidades. Foram, no entanto, louváveis os intuitos desta exposição, e bastava a homenagem prestada à memória de Dias Serras para a tornar digna de simpatia e apreço.

A de Armando de Lucena, no Salão Bobone

Lucena é um dos pintores portugueses que possuem mais originalidade e que melhor interpretam a tristeza da nossa paisagem. Quasi todas as suas telas são tocadas de emotiva religiosidade e do sentimento íntimo das coisas. A melancolia transborda quasi sempre dos seus trabalhos. As tonalidades crepusculares, as cores e as horas indecisas, quasi não têm segredos para o pintor. Os seus quadros «A chuva», «Sol da tarde», «Uma cheia», e, sobre tudo, essa tela tão linda que denominou «Hora crepuscular», criaram para Lucena responsabilidades dum mestre da índole de Goodwin ou de Hacker, que nos deve deleitar, de futuro, com obras de maior fôlego, onde se mostre, cada vez mais amplo, dolorido e profundo, o sentimento da Terra.



Um aspecto da sala de esculturas do Museu de Arte Contemporânea, que foi recentemente visitado pelo sr. Presidente da República

SAAVEDRA MACHADO.



TEATRO • MÚSICA • CINEMAS



O AMOR NA VIDA E NAS OBRAS DOS COMPOSITORES

QUANDO outro dia V. — Marie Louise — me perguntou, sorrindo, se a música também nos revelava algumas histórias de amor, como essa que eu lhe estava segredando — a da minha paixão por si, disse-lhe a verdade afirmando que sim. Não sei se acreditou. Mas entretanto — quero hoje evocar a figura distante de alguns compositores que viveram, deslumbrados pelo encanto de certas mulheres... Vou trazer ao primeiro plano, esbatida e esfumada, a silhueta de tantos amores — perpetuados sentidamente na música dos que sofreram a sua influência... São páginas amarguradas de dor — essas que eu ressuro, que eu venho arrancar ao silêncio empoeirado dos manuscritos esquecidos e dos velhos livros de memórias... Porque — convença-se — o amor apenas nos dá a visão da felicidade — de real, de verdadeiro, tudo nele é sofrimento, pelo menos quando se trata desse amor apaixonado e superior, vibrante e profundo... Contando-lhe — V. me dirá, depois, se tenho ou não razão... Rápidamente, num esboço, começo por lhe falar em Lucas Marenzio, esse estranho autor musical dos *Madrigais*, que foram inspirados no seu intenso amor pela formosa Aldobrandini — aparentada misteriosamente com um cardeal do mesmo nome... Lucas Marenzio conheceu-a na capela do cardeal de Este — amou-a, conversava com ela nos jardins do palácio em que habitava e a seguir compunha os *Madrigais* que lhe eram dedicados. Mas uma vez veio a fatalidade — levantaram-se obstáculos enigmáticos ao seu casamento — e o compositor — rezam os pergaminhos — veio a morrer do mal de amor, em Roma, no ano de 1599...

Na vida de Beethoven levantam-se duas interessantes ténagras, — figurinhas delicadas de ternura, a iluminar a sua inspiração — Giulietta Guicciardi e principalmente Tereza Brunswick — essa adorável sombra de mulher que é conhecida pela *Imortal muito amada*. Com efeito, é deslumbrado por ela, que Beethoven compõe alguns dos seus mais admiráveis trabalhos, como a *Sinfonia em si bemol* e a *Suite* op. 98. Seria longo contar pormenorizadamente essa paixão tão conhecida, à volta da qual gravita e esvoaça toda a existência do artista maravilhoso.

¿Quere saber mais? Ao acaso, recordo-me agora de Berlioz, que criou a *Fantástica*, essa soberba epopeia do som — consequência do seu louco e apaixonado amor pela formosíssima atriz, miss Smithson. Mas não é, em especial, este vulto feminino que desperta a minha simpatia — é o de *Stela Montis*, o seu primeiro amor, calmo, ingénuo, idílico... Na existência dele passa, num adorável visionamento, a graça dessa *ravissante jeune personne*, — como era conhecida no aldeia de Meylan, subúrbios de Grenoble, a encantadora criança que primeiro perturbou o coração do compositor...

AS NOSSAS ACTRIZES



AMÉLIA REY COLAÇO,

uma das mais formosas e inteligentes figuras do nosso teatro, que na versão portuguesa da curiosa peça — *"Cristalina"* — dos irmãos Quinteros, tem uma das suas mais belas e trabalhosas criações artísticas.

Corrigidos alguns pequeninos defeitos com que ainda se apresenta, principalmente no diálogo, esta gentil actriz ficará talvez sendo entre os novos, dentro em breve, a nossa 2.ª figura de declamação.

Embora Berlioz não tivesse deixado nada composto sob a inspiração dulcíssima de *Stela Montis*, — o facto é que pensava em fazer uma ópera a seu respeito. Para se ver bem o que foi na vida do compositor esta mulher, basta recortar o seguinte, das suas memórias, escritas no momento em que ele voltava a ver o local, onde, muitos anos antes, a conhecera — *"Sim, vejo, re-vejo, adoro — o passado é-me presente, sou jovem, tenho doze anos. A vida, a beleza, o primeiro amor, o infinito poema! Ponho-me de joelhos e grito para o vale, para os montes, para o céu: Estelle! Estelle!..."* Da correspondência entre os dois, unicamente existem as sentidas cartas de Berlioz — onde se encontra que as dela foram queimadas a seu pedido...

Posso falar ainda noutro compositor célebre, que sofreu a influência de diferentes mulheres, de diferentes amores — Chopin. A sua obra musical — é a reprodução fiel da sua própria vida. Escrevendo a um amigo é ele mesmo que diz: *"foi pensando nela que compus o adágio do concerto op. 11"*. Referia-se aqui à famosa cantora Constância Gladkowska, como mais adiante: *"Já há seis meses que é o meu constante sonho e ainda não lhe dirigi palavra."* De resto — não é esta mulher que se destaca na vida do grande músico, são duas outras, por dois factos bem diferentes. Chopin sofre profundamente quando desfaz o seu noivado com essa deliciosa menina, que se chamava Maria Wodzinska, por imposição da família dela. Depois

vem Aurora Dupin — George Sand — que mais tarde o abandona, tísico, — por outros amantes! Por isso, o seu amor infinito e angustioso vira bem no *Prelúdio em si bemol menor*, como no seu próprio diário e na frase singela que ele escreveu no maço da correspondência trocada com os pais de Maria Wodzinska: *"Minha desgraça!"*

Não teria, talvez, fim — se eu viesse descobrir um pouco o véu que oculta a história amorosa dos compositores célebres...

E eu não quero fatigá-la mais — Marie Louise... Estas coisas tristes poderiam arrancar-lhe uma lágrima comovida — e eu não desejo ser o seu causador... Quero vê-la sorrir — porque sorrindo, V. é linda... Melhor do que ninguém — as mulheres sabem sempre, que atrás de tudo existe sempre uma alma feminina, a elevar e a tornar divino. No *Stabat Mater* de Pergolesi, é Maria Spinetti; nas *Pastorais* de Wert, é Tarquinia Molza; no *Scherzo Fantasia* de Tschekowsky, é van Meck...

E' o Amor triunfando, numa apoteose esplendorosa, — eterno enigma dum sonho bemdito que ilumina a nossa vida inteira...

MÁRIO GONÇALVES VIANA.

IVO CRUZ — e os concertos históricos de música portuguesa



O COMPOSITOR IVO CRUZ
POR R. NOBRE

NA Liga Naval tem realizado últimamente alguns esplêndidos concertos o jóven compositor e musicógrafo Ivo Cruz, um dos mais formosos e arrojados talentos musicais da nova geração. O primeiro, realizado em Dezembro do ano findo, consistiu de composições exclusivamente suas, deliciosamente executadas pelo autor. Os «Motivos Lusitanos» foram duma emotividade arrebatadora. Os restantes, realizados em Janeiro, Fevereiro e Março, fazem parte duma série de *Concertos Históricos de Música Portuguesa*, em que as diferentes fases do desenvolvimento da Música em Portugal — épocas Clássica, Romântica e Moderna, — são apresentadas sinteticamente em três recitais acompanhados de conferências elucidativas. Esta linda iniciativa deve-se principalmente a Ivo Cruz. Sinceramente o felicitamos, pois.

TEATROS

NACIONAL. Merece os mais lisonjeiros encômios a actual direcção artística desta casa de espectáculos, pelas peças apresentadas no cartaz. «O Pasteleiro de Madrigal», de Augusto de Lacerda, vale pelo assunto, pela apresentação da maioria das personagens, pelo rigor histórico da indumentária e pela beleza dos cenários. No género histórico é do melhor que ultimamente se tem representado.

S. LUÍS. A opereta, género de transição entre o grande teatro e o *vaudeville*, é a verdadeira casca de laranja de muitos autores de nome. Silva Tavares, que é inegavelmente um formosíssimo espirito de poeta e dramaturgo de qualidades provadas, embora com «A Lenda do Templo» tivesse architectado uma peça rezoável, não conseguiu apresentar-nos uma opereta de êxito verdadeiro. O desempenho também não foi dos mais felizes. Ausendo, a deliciosa «Frasquita» da opereta de Franz Lehar, continua a manter os seus créditos de nossa 1.^a figura de opereta, mas a sua figurinha esguia, tipo delicioso de minhota, não condiz nada com o papel de alentejana. Cenários também fracos. «Frasquita» e «Os 28 dias de Clarinha», essas devem voltar ao cartaz.

COLISEU DOS RECREIOS. Os espectáculos de circo encerram sempre um atractivo especial, pela variedade e pela profusão. Tem o *Coliseu dos Recreios* sabido corresponder ao interesse que lhe dispensa o público de Lisboa, contratando companhias que, francamente, se impõem. No género gymnástica de trapézio e acrobacia aérea, nada vemos, há muito tempo, mais emocionante do que os trabalhos dos artistas Elvira Trude e Partner e dos voadores Les Aleximes e «O torpedo humano», ultimamente exibidos.

APOLO. «Fruto proibido», em scena neste teatro, é uma revista que se deve manter durante muito tempo no cartaz.

S. CARLOS. Ópera.

S. LUÍS. *Concerto*, aos domingos.

POLITEAMA. *Concerto*, aos domingos.

SALÃO FOZ. Animatógrafo e Variedades.

CONDES. O mais elegante animatógrafo de Lisboa.

OLÍMPIA. Animatógrafo.

EDIÇÕES DA «ALMA NOVA»

CAMPAÑHAS CAMILIANAS

POR

OLDEMIRO CÉSAR

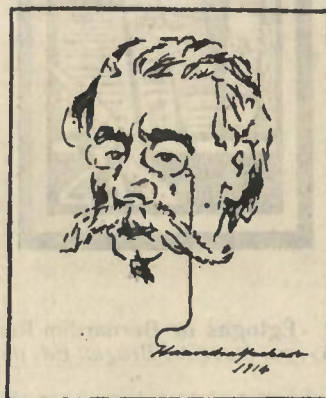
E

CRUZ MAGALHÃES

(Com ilustr. de Rafael Bordalo)

Vol., broch.: 5\$00

(Nas remessas pelo correio mais \$50).



Camilo Castelo Branco

A SAIR:

A PROXIMA GUERRA : E A ARTILHARIA :

POR MATEUS MORENO

Com um estudo sobre a organização moderna
: : dum grupo de artilharia em Campanha : :

PELO TENENTE-CORONEL

J. FERREIRA DA SILVA

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO POR CORRESPONDÊNCIA

L. TRINDADE COELHO, 6

::: LISBOA :::

Cursos de Escrituração por partidas simples e dobradas, Contabilidade, correspondência comercial e prática de comércio.

A duração dos cursos depende do tempo que o aluno puder dispensar ao estudo, sendo possível fazer qualquer deles em 3 meses, ou em menos tempo.

Não é necessário sair de casa nem prejudicar as ocupações habituais. Resultados superiores aos que se obtem geralmente no ensino em classe. Matricula em qualquer dia do ano. Diplôma no fim dos cursos.

O I. N. de E. por Corresp., fundado em Janeiro de 1919, tem alunos em todo o continente, ilhas, colónias, Brasil, E. U. da América e outros países.

Peçam os prospectos que são fornecidos gratuitamente com todos os esclarecimentos para a matrícula

NOS PRÓXIMOS NÚMEROS: "COMO SE PINTAM AS NOSSAS ACTRIZES"

: : : : : POR LUÍS D'OLIVEIRA GUIMARÃES : : : : :



LIVROS & AUTORES



«**Églogas de Bernardim Ribeiro**», por **Marques Braga**. Ed. do A.

Se para ajuizar duma obra são às vezes necessários alguns dados biográficos, entendo que, antes de falar deste livro, devo fazer a apresentação do seu autor.

O sr. dr. Marques Braga é um professor do liceu «Pedro Nunes» que faz da sua missão um sacerdócio, ensinando com amor desusado, com verdadeira paixão. As suas aulas de literatura são cheias de erudição, de brilho e de bom gosto. É um professor moderníssimo, que sabe aliar a estética da sua linguagem à finura do seu trato. Instrue com os seus conhecimentos vastíssimos e educa com as suas maneiras fidalgas e o seu apurado gosto literário. Por isso, não admira que as suas *Églogas* sejam uma obra de valor.

No prefácio dá-nos a expressão psicológica do povo português através da nossa literatura. As ideias que aí expõe já tinham sido publicadas n'O Instituto; cortou-lhe, porém, as transcrições de livros estrangeiros relativas a Portugal. Neste trabalho o sr. dr. Marques Braga é menos teofiliano.

As *Églogas* têm uma gravura dos Paços-da-Ribeira, de Alberto Sousa. está sobretudo nas variantes do texto e sugere para o estudo das fontes — principalmente Vergílio. Tem uma bibliografia abundante e está repleta de notas curiosas. É um livro de mestre, que não se recomenda apenas aos professores, mas a todos os que prezam os bons clássicos.

«**Camilo, Fialho e Eça**», por **Nuno Catarino Cardoso**. Ed. do A.

Como se pode ver na bibliografia abundantíssima da «Crítica literária como Ciência» (3.ª edição) do nosso mestre da crítica — Fidelino de Figueiredo, — Camilo, Fialho e Eça têm sido estudados por centenas de escritores. O labor daqueles escultores da prosa já tem sido bem explorado, mas a-pesar-disso o livro do sr. Nuno Catarino Cardoso é cheio de interesse, porque vem, num maravilhoso poder de síntese e de estética, fazer muita luz. Estuda o físico, o moral, a obra (eu diria antes as obras ou o labor), a linguagem, o estilo, o vocabulário daquelas figuras literárias, e traz uma utilíssima bibliografia daqueles mestres da arte de escrever. Em todos estes capítulos, e, principalmente, nos que



DR. JOSÉ GUERREIRO MURTA

Ilustre professor efectivo do liceu de Setúbal e crítico literário da *Alma Nova*, cujo livro «*A Educação Moral pelos exercícios de redacção (com a metodologia deste ensino)*», edição da Biblioteca da *Alma Nova*, foi altamente apreciado nos meios escolares, estando já quasi esgotado o primeiro milhar.

A sua importância e nos elementos que

cábulo muito poético, oferecendo-nos assim algumas desigualdades na linguagem.



JÚLIO QUINTINHA

O vigoroso contista dos «*Vizinhos do Mar*», que acaba de obter um dos melhores triunfos com a 2.ª edição, refundida, deste mesmo livro e o seu volume de novelas alentejanas — «*Terras de Fogo*».

dizem respeito ao estilo, este trabalho é muito recomendável.

Com este livro o sr. Nuno Catarino Cardoso continua a subir no conceito dos que o consideram um benemérito das letras.

«**Minha Pátria**», poema em três livros e três jornadas, por **Mateus Moreno**. Ed. Ressurgimento — Lisboa.

Depois das merecidas apreciações que os jornais da capital fizeram a esta obra, parece-me não ter mais a acrescentar. Simplesmente a minha missão de crítico ordena-me que escreva aqui algumas palavras.

A *Minha Pátria* é um poema composto de poeziuzinhos de versos harmoniosos e fortes, de imagens arrojadas, de hipérbatos, conio require o assunto. A frase é bonita, cantante, embala, prende os ouvidos. Se analisada, esmiuçada, não satisfaz completamente, às vezes os que prezam a linguagem simples, lógica, facilmente acessível, ela emociona, no entanto, os que gostam do estilo-fantasia, harmonioso, do estilo-de-vôos, do estilo-orquestra. Na escolha das palavras não aplaudo também sempre o autor, pois muitas vezes no meio de termos vulgares surge o vocabulário muito poético, oferecendo-nos assim algumas desigualdades na linguagem. Mas estes pequeninos defeitos — se o são — enumero os aqui para me não limitar apenas a dizer que a *Minha Pátria* de Mateus Moreno é um poema cheio de Misticismo, de Simbolismo, de Amor, de Beleza, de Elevação, um poema que consagra qualquer poeta.

O leitor que o saboreie com imaginação, e viverá, como eu, alguns quartos de hora numa pequenina catedral de sonho.

«**Natal**» e «**Brumas doiradas**», são dois livros de **Adelino da Palma Carlos**. — Li-os num fôlego e fiquei de lhes dedicar um estudo mais demorado. É meu desejo consagrar alguns artigos a meia-dúzia de poetas algarvios que merecem ser tratados com carinho, aplauso e justiça. Adelino da Palma Carlos está neste número. Estes seus dois livros são dum verdadeiro poeta. Há neles segurança de técnica e imaginação criadora. O amor que os inspira é um sentimento puro, profundo e sincero, e deixa transparecer a alma ardente do Algarvio.

JOSÉ GUERREIRO MURTA.

«Arte de conhecer mulheres», por *Luís d'Oliveira Guimarães*. (Ed. Lusitânia — Lisboa.)

Eis um livro curiosíssimo a que não deverá ter sido estranho o *boudoir* das nossas elegantes. Oliveira Guimarães é não só um excelente jornalista, mas um dos mais belos espíritos críticos e observadores da nova geração. *Blagueur* e *fútil*, não se serve, porém, da significação corrente desses dois vocábulos, como um «truc» para ocultar a inconsistência dos argumentos. A sua *blague* não é assim um expediente, é antes um pretexto para revelar conhecimentos e acentuar ainda mais a sua individualidade de escritor. Isto se confirma plenamente no presente livrinho.

«Florilégio», por *João Maria Ferreira* (2.^a edição do A.).

O sr. João Maria Ferreira é um fértil poeta que já conta, entre volumes e folhetos, quasi duas dezenas de trabalhos. Dêle recebemos há tempo a 2.^a edição do volume de versos escolhidos, que intitulou *Florilégio*. A crítica deste livro está amplamente feita, e mesmo em nossas páginas já houve algures uma referência à 1.^a edição. Resta-nos acrescentar que o sr. João Maria Ferreira tudo teria a lucrar, se substituisse, em novas produções, certos termos arcaicos, frequentemente admitidos nas suas rimas e que bastante desfiguram, às vezes, o sentimento que o autor quer exprimir. Complicar a forma é sempre sinónimo de insipiência, e quem possui já dezena e meia de trabalhos, pelo menos, não nos deve consentir que o consideremos um novato.

Uma amostra do género poético do sr. João Maria Ferreira, tem-na o leitor neste inédito, com o título *Ímpio e Crente*, que nos foi pelo mesmo gentilmente enviado:



João Maria Ferreira

Na noite densa, escura, acastelada
de plúmbeas nuvens grossas, temerosas,
tremenda estala horrível trovoadas,
abalando as montanhas alterosas.

Cai a chuva com força; e a ventania,
com fúria insustida, infrene, passa;
em tudo há negras sombras de agonia,
em tudo há sombras tristes de desgraça...

Mas ante os elementos revoltados
o crente volve a Deus, sereno e forte,
os ternos olhos seus, apiedados,
e reza, calmo, sem temer a morte.

Porém, aquele que não crê em Deus,
aquele que é ateu, ímpio, descrente,
volve o olhar irado para os Céus
e pragueja, feroz, tórrido, impotente.

Não reconhece, o louco, na demência
do seu rugir de fera a escabujar,
que Deus, bondoso Pai, todo clemência,
podia-o num segundo aniquilar...

A grande tempestade em breve passa
e tudo volta à paz serena e mansa;
o crente rende a Deus a sua graça
e de insultá-lo o ímpio não se cansa.

Mas lá virá o dia derradeiro,
aquele em que o descrente, face à morte,
renunciando o seu passado inteiro,
o rosto volve a Deus, sereno e forte.

E nesse dia de radioso brilho
— o que melhor viveu 'spiritualmente —
Deus há-de perdoar ao novo filho,
que do bem tanto tempo andara ausente.

Continuam a distinguir-nos com a sua visita as brilhantes revistas *Seara Nova*, de Lisboa, *Águia*, do Porto, *Lusa*, de Viana-do-Castelo, e, além de todos os jornais algarvios e alguns doutras províncias, os belos periódicos insulares *A Terra* e *Diário de Notícias*.

«La rueda de color», versos de *Rogelio Buendia*.

Dón Rogelio Buendía, médico e escritor do país vizinho, é um dos melhores amigos, além-fronteiras, não só da nossa Revista, mas também do nosso país. Das suas viagens em Portugal, escreveu em 1920 um curioso livro de impressões, com o título de «Lusitânia» e n'«A Província», de Huelva, muito tem já escrito, digno de aprego, em louvor das nossas belezas e dumha mais íntima aproximação das duas pátrias ibéricas.

Não foi sem interesse que recebemos, pois, a visita do seu novo trabalho.

O sugestivo poeta de «El Poema de mis sueños», «Del bien e del Mal», «Nacares» e «La casa en ruina», ensaia, talvez, neste livro uma fase nova da sua compleição artística.

Apenas como ensaio apreciamos, pois, «La rueda de color», — verdadeira tómbola de fantasias impressionistas, girando sobre a vida e mesclando-a de sons e côres.

NOTA. — Todas as críticas e locais não assinadas são da autoria do Director Literário. A responsabilidade doutrinária dos artigos firmados pertence aos respectivos autores.

Livraria Sá da Costa

Poço Novo, 24

2, Travessa do Convento de Jesus, 6
LISBOA

Telef. C. 3841.

Livros de estudo e em todos os géneros

Depositários das edições da «ALMA NOVA»

Biblioteca da «ALMA NOVA»

(Edições Ressurgimento)

- Sangue d'Epopeia — A Artilharia Portuguesa na Flandres**, por MATEUS MORENO, tenente de Artilharia. 1 vol. ilustr., broch. 5\$00
- De Portugal à Flandres**, id., id. 1\$00
- Sinfonia Macabra — Máximas da Kultur**, id., id., broch. 1\$00
- Minha Pátria — Poema em 3 livros e 3 Jornadas**, id., id., 2.^a edição, cada livro. 1\$00
- Obra completa: } brochado . . . 3\$00
 } cartonado . . . 7\$50
- Pátria e Exército — Oração da bandeira**, id., opusc., (esgotado).
- Cantigas** (2.^a edição), por REBELO DE BETTENCOURT. 1 vol. broch. 2\$50
- Campanhas Camilianas**, por OLDEMIRO CÉSAR e CRUZ MAGALHÃES. 1 vol. broch., com ils. de Rafael Bordalo 5\$00
- A Entrevista**, por CRUZ MAGALHÃES. 1 op. ils. . . 1\$50
- O Inverosímil — Conferência Proibida, original do insigne escritor e moralista LORDE PECHINCHA DE NADAVALE** (CRUZ MAGALHÃES). 2\$00
- A Educação Moral — Pelos exercícios de redacção**, (com a metodologia deste ensino), por JOSÉ GUERREIRO MURTA 4\$00
- O Desenho e as Mulheres no labor artístico de Rafael Bordalo**, por SAAVEDRA MACHADO; edição profusamente ilustrada (a entrar no prelo).
- Eça de Queirós — Revelações íntimas**, por D. C. D'EÇA DE MELO, edição ilustrada (a entrar no prelo).
- Da Verdade**, por JOÃO JOSÉ GOMES 3\$50

Pedidos à C. João do Rio, S.l.^a — Lisboa

Quere dinheiro?

Jogue no

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone: Norte 4020

TODOS DEVEM
::: LER :::
MINHA
PÁTRIA

POEMA



EM

3 LIVROS E 3
JORNADAS.

POR

MATEUS MORENO

(Com ilustrações de Bernardo Marques, Roberto Nobre, Rodrigues Migueis, Eduardo Ro-
: : : mero e Saavedra Machado : : :)

Cada livro: 1\$00; cada volume brochado: 3\$00
: Cartonado: 7\$50. — Pelo correio mais \$75 :

— Pedidos à "Alma Nova" —

— Calçada de João do Rio, 7, 1.º — LISBOA —